

AGORA

FENAE

Genocídio

A invasão das Américas foi possível graças à maior
hecatombe de toda a história da humanidade



**Seguro
para não deixar
seu cliente a pé.**

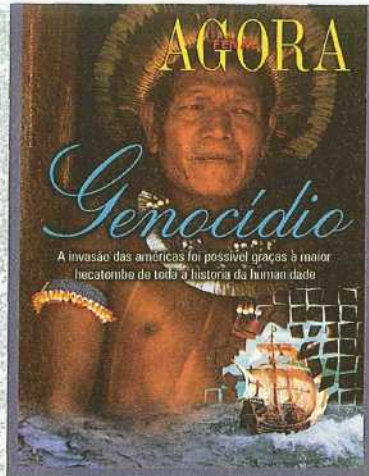


Nem você na mão.

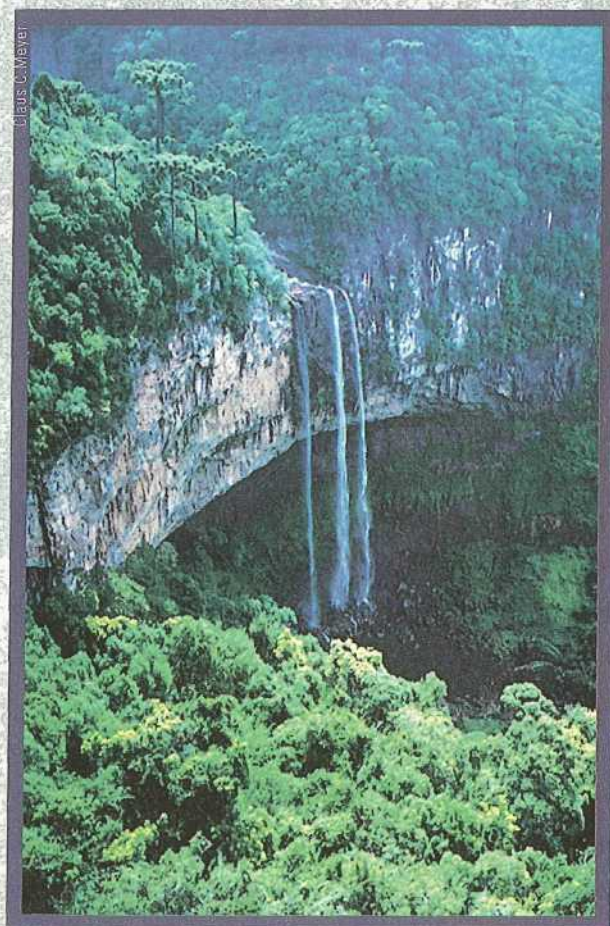
Seguro que é bom de comprar é fácil de vender. Como o AzulCar, que tem todos os argumentos para convencer você. E você convencer os seus clientes. Assistência dia e noite; pagamento em 12 parcelas fixas por mês; sem aumento; débito automático no Federal Card em conta corrente ou poupança; desconto fidelidade; bônus na renovação anual e [comissões para você](#). Tantas, que você nem vai conseguir contar nos dedos.

AZULCAR

**FENAE
SEGUROS**



Capa: O extermínio dos povos da floresta **Pág. 16**



Serras Gaúchas, a beleza do interior "europeu" que o Brasil desfruta

Pág. 34

AGORA FENAE

- 7** "Material de demolição", - artigo de Jânio de Freitas
- 8** A força da juventude que vem da periferia
- 11** História do Congresso - curtas de Adacir Reis
- 12** Os bancos públicos europeus e a defesa da Caixa feita pela FENAE
- 15** "A CEF, com aliados no Congresso?", de Aloysio Biondi
- 24** "Há 28 anos", a Caixa era a maior distribuidora de prêmios
- 25** Necessidade ou supérfluo? A decisão de procurar um analista
- 28** Outras histórias do sertão, artigo de Tárík de Souza
- 36** A força que vem do urânio



A adrenalina corre solta nas águas por onde deslizam as canoas **Pág.32**

Publicação da FENAE -
Federação Nacional das Associações
do Pessoal da Caixa Econômica Federal

Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901
Telefone: (061) 323-7516
Fax: (061) 325-6057
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail (Internet): fenae@fenae.org.br

Diretoria Executiva

Presidente:
Carlos Caser
Vice-Presidente:
José Francisco Zimmermann
Diretor Financeiro:
Carlos Borges
Diretor de Relações no Trabalho:
João Alberto Garcia Moschkovich
Diretor Administrativo:
Admilson dos Santos Canuto
Diretor de Esportes:
Jorge Cruz Marçal
Diretor Cultural:
Emanoel Souza de Jesus
Suplente: José Durval Fernandes Reis
Conselho Fiscal
Orlando Martins Pinto (In memoriam)
Jesus Rodrigues Alves
Cláudio Pimentel Corrêa
Suplente
Bernadete Santos de Aquino
Conselho Deliberativo Nacional
Presidente: Jorge Peixoto de Mattos
Vice-Presidente: Maria Auxiliadora N. de Almeida
Secretário: Fernando de Mello

Editor: Afonso Costa (MTb - RJ 16.234)

Redação: Antônio José, Evandro Peixoto e
Marcio Sardi

Colaboradores: Jânio de Freitas, Aloysio Biondi,
Tárik de Souza e Adacir Reis

Diagramação: Hélder Narde

Ilustração: Lisarb

Impressão: Bangraf

Tiragem desta edição: 75 mil exemplares
comprovada por Price Waterhouse, cuja
carta-relatório encontra-se conosco.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos
seus autores. As matérias podem ser reproduzidas,
desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

A invasão genocida

A invasão do Brasil é comemorada todo dia 22 de abril, coincidentemente três dias após o Dia do Índio. Nas vésperas dos fatídicos 500 anos do pseudodescobrimento, tão badalados pela mídia oficial, tal data deve servir de alerta e reflexão.

Os "... nossos bosques têm mais vida..." infelizmente não traduzem a realidade: a mortandade de mais de quatro milhões de índios assassinados pelas elites dominantes no decorrer de cinco séculos. As 900 nações que aqui viviam em liberdade, com infinita diversidade cultural, religiosa e linguística foram dizimadas através da escravidão e do genocídio.

Os autênticos "...filhos deste solo..." foram vítimas do mesmo mal que hoje sofrem os trabalhadores e a população carente: o interesse do capital acima de tudo, inclusive de vidas humanas.

Esse fenômeno aconteceu em toda a América. Dos 80 milhões de índios que, estima-se, habitavam do Alasca à Patagônia no século XVI, cem anos depois apenas 10 milhões habitavam a América hispânica. Nem Hitler foi capaz de tamanha barbárie.

Nos Estados Unidos, em particular, foram chacinados mais de nove milhões de índios. Espanhóis, ingleses e os pró-

prios' norte-americanos se revezaram no papel de algozes.

Em que pese as inúmeras leis criadas para demarcar as terras dos índios, a grande maioria dessas nações não possui a terra de que tanto precisa. O lobby predomina e as "boas intenções" não saem do papel.

O papel dos bancos públicos europeus, que parecem ter aprendido com a história, é outro destaque desta nossa edição. Enquanto o governo brasileiro estuda desfazer-se da Caixa e do BB,

potências do Primeiro Mundo investem no desenvolvimento social, papel que a FENAE defende que a Caixa mantenha.

Os mesmos tortuosos caminhos da política, entretanto, também pre-

dominam nos rios. A canoagem, mais um esporte radical que cresce em nosso país, mostra que podemos tirar proveito das sinuosas curvas que a natureza desenhou.

Natureza essa, aliás, que nos dá o raro prazer de ver incrustado em nosso país um certo ar europeu. São as Serras Gaúchas, com neve, vinho, névoa e desfiladeiros povoados por descendentes de alemães e italianos que propiciam ao visitante uma estadia inesquecível, principalmente no inverno.





Quer algo que vá além da seriedade da lei? O site www.jus.com.br/legal traz o que de mais engraçado o mundo jurídico já produziu. Uma das principais atrações são as leis esquisitas, nascidas principalmente nos Estados Unidos. Confira algumas pérolas:

Mulheres, tremem!

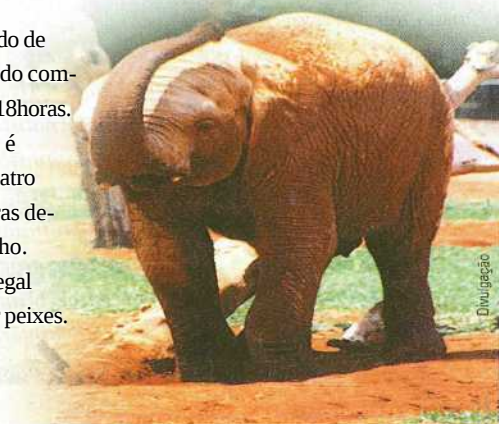
As leis estranhas atingem com muita ânsia as mulheres. Na Flórida, sabe-se lá a razão, mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas não podem saltar de pára-quadras nas manhãs de domingo. Mal pior ainda sofrem as mulheres de Oxford, Ohio, que não podem tirar a roupa em frente a retratos de homens.

Sexo (i)legal

Sexo e direção não combinam: em Tremonton, no Utah, a lei proíbe que uma mulher faça sexo com um homem enquanto dirige uma ambulância. Já no estado de Washington, é proibido fazer sexo com uma mulher virgem em qualquer circunstância, até mesmo na noite de núpcias. Para proteger as mulheres, a cidade de Connorsville, no Wisconsin, inovou: é proibido disparar uma arma enquanto a parceira está tendo um orgasmo.

Bloqueio à comida

Em Newark, no estado de Nova Jersey, é proibido comprar sorvete após as 18 horas. Já em Gary, Indiana, é proibido entrar no teatro menos de quatro horas depois de ter comido alho. Já no Tennessee, é ilegal usar laços para pegar peixes.



Leia mais

A página também contém histórias do mundo judicial, peças curiosas, nomes diferentes e piadas jurídicas. Fora, é claro, a parte séria do direito. Agradecimentos a Paulo Gustavo Sampaio Andrade por autorizar a reprodução do assunto.

Comporte-se

Não é possível nem divertir-se em Baldwin Park, Califórnia: a lei local proíbe

andar de bicicleta dentro de piscinas. Também na Califórnia, mas em Santa Ana, é ilegal nadar no seco. Se o problema é água, em Vermont a lei proíbe assobiar debaixo d'água. Ah! Os habitantes de Hartford, Connecticut, não podem atravessar a rua plantando bananeira.

No Canadá, os ciclistas não sabem o que fazer. Uma lei determina que eles devem sinalizar com o braço antes de fazer uma curva. Outra lei exige que eles mantenham as duas mãos no guidão o tempo todo.



Pobres animais

Os elefantes são proibidos de tomar cerveja em Natchez, no Missouri. Já os sapos não podem, em hipótese alguma, coaxar depois das 23 horas em Memphis, Tennessee. O rei dos animais também não escapou: em Baltimore, leões não estão autorizados a frequentar o cinema, mesmo acompanhados.

Mas a lei também protege os bichanos. Ninguém pode amarrar um crocodilo a um hidrante em Michigan. As girafas não podem ser amarradas a telefones públicos em Atlanta.

O cúmulo da deferência acontece em Minnesota: um homem, ao deparar-se com uma vaca, deve tirar o chapéu.



Dos LEITORES

Palpite

Gostaria de tecer breve comentário sobre a carta do leitor Jober Pereira Rocha, publicada na edição de fevereiro. Em primeiro lugar, apontar a falha de comunicação presente na carta, pois li várias vezes o seu segundo parágrafo sem ter conseguido entender o que ele quis dizer. Creio que teria sido mais feliz se sugerisse a abordagem do tema relativo ao direito dos empregados, seja em litígio ou não com a Caixa Econômica Federal, guardando o devido respeito pelo trabalho sério e competente que tem sido a produção da revista. Seria uma reivindicação legítima.

De outro lado, não me consta que aquele cidadão possua poderes oniscientes capazes de concluir que os leitores tenham dado a ele procuração para julgar e condenar **FENAE AGORA** daquela forma mesquinha, sugerindo reduzi-la a uma insignificância que não corresponde à realidade, quando diz que "se não fosse escrita e editada, ninguém notaria". Sugiro que ele faça uma reflexão sobre o equívoco cometido e aprenda que a vida nos oferece, diuturnamente, oportunidade para tirarmos proveito das suas lições.

Vitor Menezes Teodoro
Belo Horizonte (MG)

Cidadania

Foi muito oportuno o destaque da edição nº 13 da **FENAE AGORA**, "Um ano de luta rumo à cidadania", bem como o editorial "A cidadania como opção". Esse assunto tem tomado grande parte do meu pensamento. São tantos os problemas nacionais que entendo ser urgente iniciarmos, a partir da sociedade civil organizada, um amplo debate e movimento por uma moralização política e valorização do voto. Sei que promover a mobilização de pessoas em torno de uma idéia dessas é muito difícil e complicado. As pessoas estão muito desiludidas e não acreditam mais em ninguém ou em nada.

...A sociedade brasileira precisa passar pela experiência da politização, ainda que precária, para começar a perceber

que tem força e poder, tem a possibilidade de corrigir o rumo da história.

...Como bancário da Caixa temos amplas condições de dar o pontapé inicial para um movimento com tal magnitude e dimensão. Todos os movimentos sociais iniciaram-se em algum lugar e com algumas pessoas. Basta termos coragem de começar que rapidamente outras pessoas se juntarão a nós. A **FENAE** pode encabeçar tal movimento.

Cláudio Muzel
Ribeirão Preto (SP)

Protesto

Quando deparei com a linda revista **FENAE AGORA** em uma agência da Caixa Econômica Federal, logo solicitei o seu envio para o meu endereço. A leitura do primeiro exemplar fez renascer em mim esperanças de que nós, os aposentados e pensionistas da Caixa, não estávamos mais sozinhos. No entanto, esta foi só uma esperança fugaz.

Com o tempo, **FENAE AGORA** revelou-se mais uma revista como tantas outras existentes no mercado. Sempre leio a seção de cartas e vejo inúmeros elogios à revista, mas acredito que não é bem isto o que o funcionário da Caixa quer e precisa ler.

Neste contexto, acredito que publicações tais como: "Notícias da FUNCEF", "Jornal do Diben" estão a informar com maior precisão sobre os nossos direitos e a nossa atual situação. Editoriais como o contido na edição nº 8 estão se tornando uma raridade. Fora as opiniões sempre lúcidas de Tárík de Souza, José Trajano, Jânio de Freitas, Aloysio Biondi e as charges (impagáveis), a revista não traz matéria alguma que possa evidenciar a antiga coragem da **FENAE**.

Estive na **FENAE** para conhecer as dependências da revista. No entanto, ninguém fez caso de uma pensionista. Deixei, contudo, um artigo de minha lavra para uma funcionária que prometeu levá-lo para os editores da revista. Quando, enfim, pude encontrá-lo em **FENAE AGO-**

RA foi na seção de cartas e extirpado de sua parte mais contundente. Ficou uma coisa sem nenhuma consistência.

Regina Andrade Tannus Seabra
Brasília (DF)

NR - Conquistar uma imprensa de qualidade tem sido, ao longo dos últimos anos, uma meta perseguida pela **FENAE**. Boletins, cartilhas, jornais e revista procuram dar amplitude ao movimento dos empregados da Caixa Econômica Federal. Cada publicação tem caráter específico e diferenciado. O público-alvo de cada publicação também é distinto. Incluem-se neste caso os boletins **DIREP FUNCEF** e **DIREP SASSE**, editados com apoio da **FENAE**. Toda vez que a necessidade conjuntural exige a diretoria da Federação divulga cartilhas específicas sobre temas de interesse dos empregados da Caixa. Foi assim com assuntos como **Replan**, **FUNCEF**, fusão **PREVHAB/FUNCEF** etc. Aproveitamos a oportunidade para esclarecer que um dos objetivos de **FENAE AGORA** é o resgate da cidadania dos trabalhadores, de forma aberta, democrática e crítica.

Oligarquia

Conheci **FENAE AGORA** por intermédio de um jornalista que trabalha na assessoria de Comunicação Social do Seeb de Teresina. Adorei a linha editorial da publicação... Costumo usar alguns artigos da revista em um programa de rádio do qual sou redator. É um programa que faz oposição a uma oligarquia que, há 14 anos, vem "mandando e desmandando" em nossa cidade.

Rômulo Medeiros
Piripiri (PI)

I A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. **FENAE AGORA** se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço). 



Material de demolição

■ Jânio de Freitas

Se você tem rnaís de 20 anos, queira desculpar a franqueza, mas o seu futuro é muito preocupante, caso a herança não lhe assegure uma formidável quantidade de bens e de dinheiro. Este, em moeda estrangeira, claro. E bens não sujeitos aos riscos de invasão, desvalorização excessiva e assalto oficial por um Kandir qualquer.

O Brasil não perdeu o bonde, não. Perdeu a vida dos seus habitantes. Perdeu a si mesmo, como projeto de nação.

Está mais do que provado que a estabilidade, por si só, nada significa de positivo em termos de melhoria econômica e social. Pode ser, isso sim, um alicerce para tal conquista. Não, porém, no caso do Brasil. Aqui, a estabilidade foi buscada pela via anti-social e antinacional do desemprego, cessão das indústrias brasileiras, destruição do aparelho administrativo do Estado, liquidação do patrimônio empresarial da União, estrangulamento do sistema educacional e da pesquisa científica, miséria para os pobres, empobrecimento para a classe média e crescimento assombroso da dívida governamental (sem qualquer investimento).

Este cenário não retrata só o presente, mas também o futuro. Diante dele, que carreira normal um jovem pode escolher, para ter a certeza de que a competência e o trabalho sério lhe darão, sem dúvida, a merecida retribuição de uma vida como todo ser humano decente tem o direito de viver?

E os que, ainda moços ou não mais, já enveredaram pela sua estrada, o que podem esperar do percurso, daqui para fren-

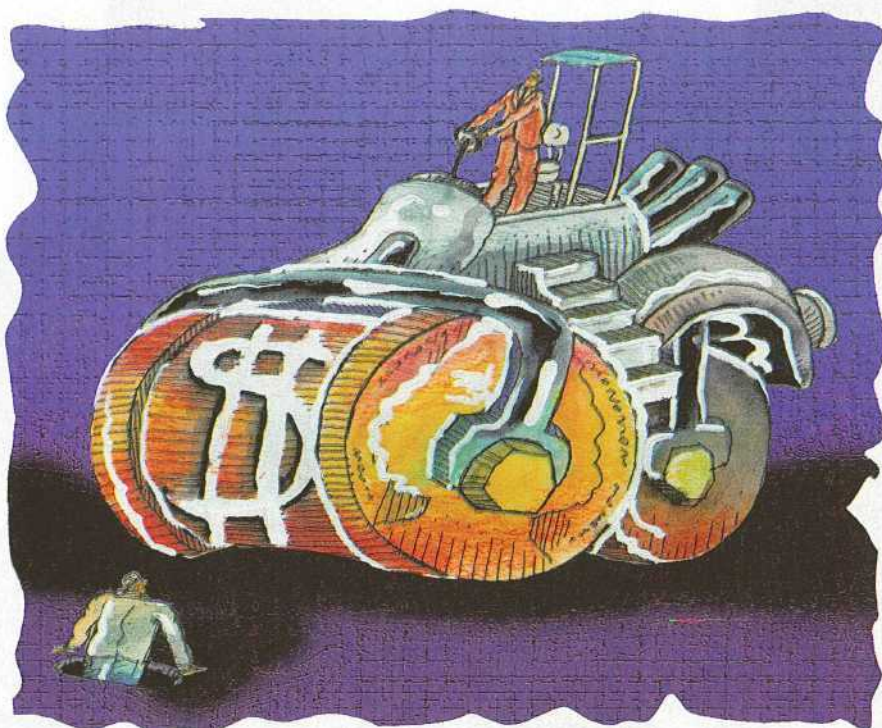
te? Salários dignos, por acaso, proporcionais aos seus méritos? Velhice serena sob o amparo de aposentadoria honesta? Antes disso ou já aí, serviços do Estado proporcionais aos impostos, segurança pública, oportunidades e apoio para a família?

A destruição do pouco que havia, nesse sentido, significa a destruição das perspectivas de cada indivíduo de bem e as do país. Em quatro anos, foram comprometidos dezenas de anos, porque é incalculável o tempo necessário para voltar-se ao estágio em que estávamos, e estava o país, quando começou a destruição como método estúpido de obter a estabilidade de uma

moeda que, no final das contas, um único especulador internacional derruba.

A dinheirama necessária para a reconstrução não existe, nem poderia aparecer senão por milagre. Mas milagres, no Brasil, já sabemos como são, e no que dão. Sobre tudo, sabemos a quem dão. Em caso de haver ainda alguma dúvida, é só perguntar a qualquer dos banqueiros apoiadores-amigos-beneficiários do demolidor Fernando Henrique Cardoso.

Jânio de Freitas,
jornalista





Política

A força que v

A revolta com a discriminação



a da juventude em da periferia

a exclusão e a falta de perspectivas motivam os jovens através do rap e do grafite ,

A juventude pede passagem para o próximo milênio, pois é todo seu o futuro. Mas será que o mundo que estes jovens estão herdando é exatamente o que esperavam? Ou ainda pensam em mudar tudo?

A história brasileira foi marcada, nesta segunda metade do século, por um longo período de ditadura militar - com perseguições, desaparecimentos, mortes e exílio a quem ousasse contestar o regime de exceção. Foi também manchada pela falta de escrúpulos do grupo político que chegou ao poder pelo voto logo após o restabelecimento da democracia. E o despertar desses sucessivos pesadelos deu-se, sobretudo, pela participação dos jovens, que levaram para as ruas os seus sonhos.

Mas e hoje, diante do destino que estão dando ao país, será que não há mais com o que se rebelar ou falta capacidade de reação às novas gerações? Na opinião de Luciana Lima, 21 anos, "as pessoas não estão querendo mais sa-

ber de nada". A seu ver, houve uma "queda substancial" na participação da juventude a partir de 94 e é impossível agora uma mobilização ao nível da que houve à época do impeachment de Collor de Mello. Luciana é filha de Rita Lima, uma ativista do movimento dos empregados da Caixa desde a luta pelas seis horas, em 85.

A jovem acha que há grande "apatia e descrédito" e que os pais têm boa parcela de responsabilidade nisso, pois passam a idéia de que "militância é perda de tempo" e incentivam saídas individuais. Ela conta que enfrenta dificuldade em falar de política com seus colegas. Quando não fogem do assunto, ficam a ouvi-la com desinteresse e, muitas vezes, sem entender nada. "Não vêem relação entre a opção política do governo e a crise econômica que gera desemprego, fome, miséria e falta de educação. Preferem falar do Vital

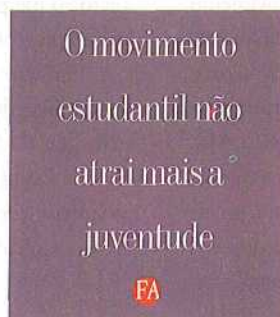
(camaval fora de época em Vitória), do carro que compraram ou que vão comprar e do programa para o final de semana".

Ética

Para José Carlos Becker, 20 anos, filho do líder estudantil dos anos 60 e hoje deputado federal José Dirceu (PT-SP), é verdade que o jovem de hoje é levado a pensar mais em si mesmo em função da crise brava que o país atravessa, pelo medo do desemprego e da falta de perspectiva. Na falta de movimentos coletivos, Zeca entende que o jovem pode contribuir ao país sendo mais exigente do

ponto de vista ético, assumindo uma "postura correta" e dando atenção à coletividade.

Tanto Luciana Lima como José Carlos são universitários. Ambos dizem que o movimento estudantil não está sendo mais capaz de atrair a juventude, como nas décadas de 60





Depois de decisiva participação no impeachment de Collor, a juventude volta aos poucos a ocupar as ruas. O desemprego e a recessão preocupam a todos

e 70. Afirmam ainda que nem mesmo a música, o teatro ou qualquer outra manifestação cultural têm conseguido mexer com o meio universitário.

Maíra de Faria Alvim, 18 anos, conta que entre os estudantes do segundo grau não é diferente. Quando o assunto é política, os colegas costumam virar as costas. Literatura, música e teatro só "esporadicamente", ainda assim sem maior interesse.

Maíra é filha de Maurício Alvim, também um militante de primeira hora no movimento dos empregados da Caixa, em São Paulo. A filha diz ter orgulho da história política do pai e se sente uma privilegiada pela abertura que tem com ele para todo tipo de discussão. Mas isso às vezes serve de pretexto para os colegas fugirem do assunto quando ela toca em política. "Você não pensa isso, é influência dos seus pais", costumam dizer. Maíra não nega a influência, pois sabe que foi em casa que firmou a convicção de que "política é algo sempre presente na vida da gente, estamos envolvidos mesmo sem saber". Sente-se uma "privilegiada" pela oportunidade que teve de enxergar isso, coisa que grande maioria dos jovens de sua idade não teve.

Vânia Pereira, 23 anos, Antônio Carlos,

25, e José Márcio, 25, todos de Brasília, são unânimes em dizer que não têm e nunca tiveram qualquer tipo de participação política. Dos três, só Vânia estuda - está no segundo grau. "Quando muito vou a um barzinho ouvir música e tomar cerveja", diz ela.

Antônio Carlos não terminou o primeiro grau. Revoltado, ele diz que nunca participou de nada, mas gostaria que viesse agora um movimento para tirar Fernando Henrique. "Esse homem só me prejudicou, perdi um emprego de 10 anos".

Também fora da escola e desempregado, José Márcio acha que a "moçada tá voltada é para a droga e a violência, ninguém que saber de nada, não tem interesse por nada".

Diferenças Para a socióloga Helena Wendel Abramo, da ONG Ação Educativa, que trabalha com grupos juvenis, não é possível falar de participação da juventude de forma generalizada, por se tratar de um segmento fragmentado, com diferentes origens. "Há muitas juventudes", diz ela.

Na sua opinião, apenas uma parcela dos jovens atuou no movimento político e cultural dos anos 60: os de classe média. E o que foi feito décadas atrás por esse segmento não deve servir de parâmetro para se analisar o que ocorre hoje. Helena observa que a juventude que entrou em cena nos anos 90 é outra. Desponta na periferia das grandes cidades, expressando a sua realidade, falando de exclusão e discriminação. Como exemplo ela cita o movimento hip hop, que engloba o rap, o break (dança) e o grafite. A seu ver, a denúncia do sistema que mantém as desigualdades, a abordagem da questão racial e a exigência do direito à educação, não atravessada pela ideologia dominante,

são formas de participação política contundentes. "Os rappers se vêem como pessoas inseridas em um movimento político, tanto que falam de um suposto partido da periferia e da cidadania". Pela interpretação da socióloga, se os jovens classe média não são os mesmos, os da periferia também não o são. Se os primeiros caíram na apatia, os últimos prometem muito barulho. ©

A juventude que
entrou em cena
nos anos 90
tem outra face

FA



História do Congresso

Do então deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, em 31 de março de 1964: "Deixo nesta tribuna não uma advertência, mas deixo nesta tribuna apenas um aviso: (...) o povo brasileiro já tomou a decisão de conquistar sua emancipação (...). E ela será conquistada, como costumamos dizer nos nossos encontros com as massas camponesas do Nordeste e do Brasil, será conquistada na lei ou na marra, será conquistada pacificamente ou por meio da revolução". Francisco Julião, que se gabava de desprezar o Congresso Nacional, ajudou a fazer o "jogo da direita"?

Novas regras para os fundos de pensão

Tramitam na Câmara dos Deputados os projetos de lei complementar 8/99, 9/99 e 10/99, que farão profundas alterações na vida dos fundos de pensão. A lei 6.435, de 1977, está com os dias contados. Dentre as novidades está a possibilidade de criação de fundos fechados de Previdência por sindicatos e entidades de classe. O participante que perder o emprego poderá deixar as reservas "congeladas" no fundo (vesting), sacá-las (resgate) ou transferi-las

para outra entidade (portabilidade). Os servidores públicos também terão fundos privados de Previdência. Pelo projeto de lei complementar 8/99, os atuais fundos patrocinados por estatal, como a FUNCEF, terão composição paritária (participantes eleitos e nomeados) no conselho deliberativo e conselho fiscal, com mandato de três anos. Caberá ao conselho deliberativo a nomeação e exoneração dos membros da diretoria-executiva.

Adacir Reis

Para conferir

A aprovação da CPMF teria sido o último capítulo de uma novela escrita pelo Poder Executivo. O presidente da Câmara Federal, deputado Michel Temer (PMDB-SP), promete agora uma "agenda positiva". O Congresso Nacional voltaria a ser o palco das grandes discussões nacionais, fazendo sim a reforma tributária, a atualização do Código Civil (que espera há uns 20 anos) e a reforma do Poder Judiciário. A reforma política não estaria entre as prioridades da Casa.

Quem "cola"

A Comissão de Economia e Planejamento da Câmara Federal, presidida pelo deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), criou uma subcomissão para acompanhar os estudos oficiais de privatização da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Os parlamentares querem saber se existe "cola" do Fundo Monetário Internacional (FMI).



Adacir Reis, advogado e consultor legislativo



Os bancos públicos

Enquanto o governo brasileiro estuda privatizar a Caixa, os países da Europa fortalecem

A reorganização da Alemanha, desde o final da Segunda Guerra Mundial até hoje, passando pelo fim da Alemanha Oriental, em 1990, tem a marca da KfW, sigla em alemão para a Agência de Crédito para a Reconstrução. A KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau) é uma espécie de banco público que financia de tudo na Alemanha, desde pequenos e médios empresários até habitação, meio ambiente e novas tecnologias.

Aos 50 anos, a KfW não é o único exemplo de banco público essencial para a Europa. Outros países europeus têm experiências semelhantes.

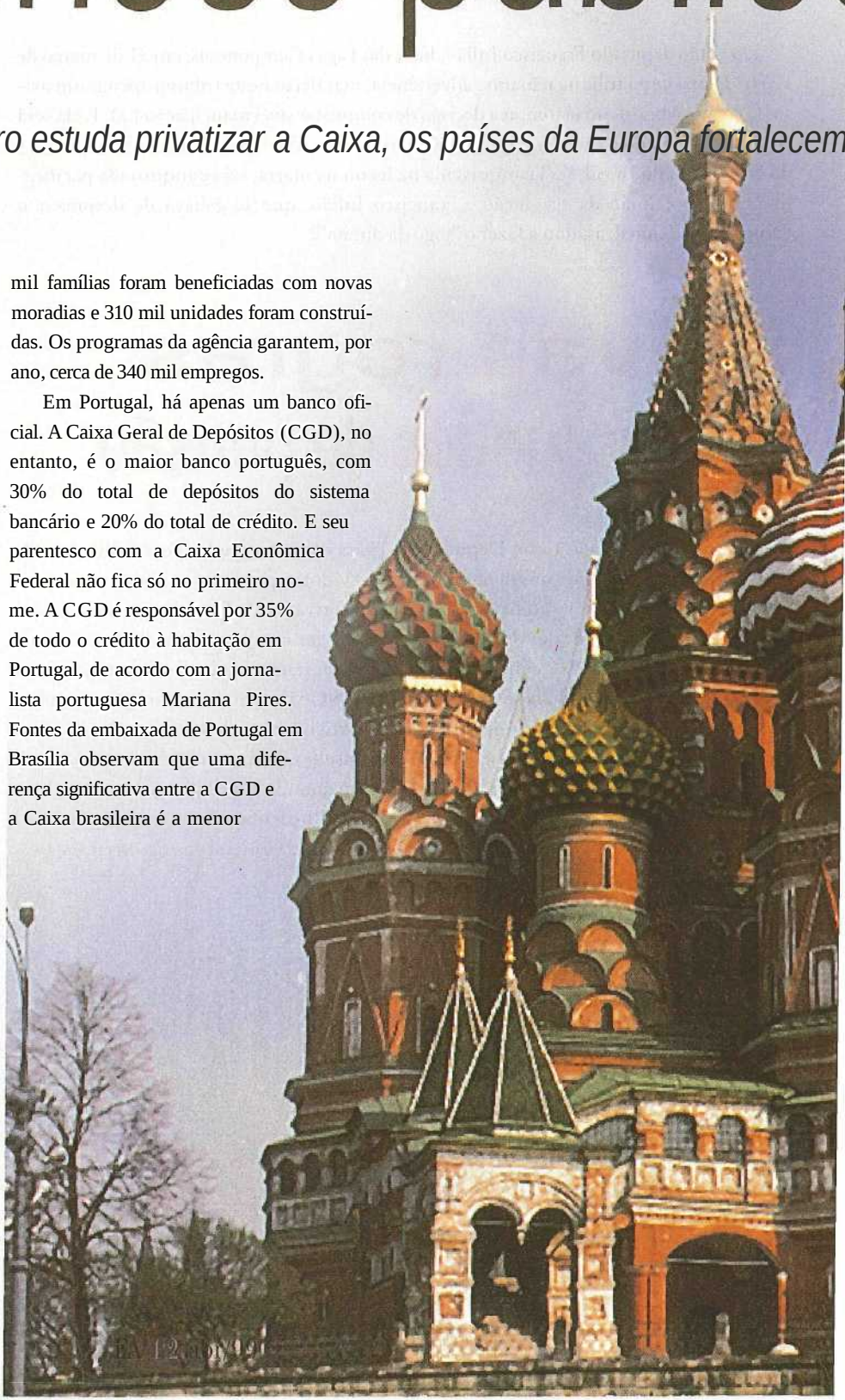
'A KfW, na verdade, é um banco para bancos', explica Dietmar Wenz, representante da agência no Brasil. A KfW liberou 65 bilhões de marcos em empréstimos e garantias em 98, contra 60 milhões em 97 (a cotação do marco está próxima de três para um dólar).

Um dos grandes ramos de empréstimos da KfW é a habitação, área que recebeu 15 bilhões de marcos no ano passado, um crescimento de 30% em relação a 97. A habitação teve grande impulso após a reunificação alemã, já que "a qualidade de moradia na Alemanha Oriental não era muito grande", diz Wenz.

Segundo balanço da KfW seus empréstimos em habitação alavancaram 50 bilhões de marcos em investimentos. Apenas em 98, 64

mil famílias foram beneficiadas com novas moradias e 310 mil unidades foram construídas. Os programas da agência garantem, por ano, cerca de 340 mil empregos.

Em Portugal, há apenas um banco oficial. A Caixa Geral de Depósitos (CGD), no entanto, é o maior banco português, com 30% do total de depósitos do sistema bancário e 20% do total de crédito. E seu parentesco com a Caixa Econômica Federal não fica só no primeiro nome. A CGD é responsável por 35% de todo o crédito à habitação em Portugal, de acordo com a jornalista portuguesa Mariana Pires. Fontes da embaixada de Portugal em Brasília observam que uma diferença significativa entre a CGD e a Caixa brasileira é a menor



OS europeus

seus bancos que investem no desenvolvimento social



ingerência do Poder Executivo português em sua gestão.

Na habitação, a CGD financiou 80 mil novos contratos em 1998, num total de US\$ 4,2 bilhões. A liderança da Caixa na área de habitação, segundo Mariana Pires, é conquistada num mercado extremamente competitivo. 'A CGD está submetida aos mesmos direitos e obrigações que as demais instituições de crédito e atua num quadro plenamente concorrencial'.

A França é outro país europeu que tem bancos públicos, aliás, vários. O próprio Tesouro Francês atua como banco, principalmente para os funcionários públicos. O Brasil tem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)? Pois os franceses contam com a Caixa de Depósitos e Consignações, que faz o financiamento de obras públicas, conforme explicação da embaixada francesa em Brasília. O Banco da França, por sua vez, representaria um hibridismo entre as atribuições do Banco Central e o Banco do Brasil, apesar da pequena rede de agências.

Até os Correios atuam na área financeira, com a Caixa de Poupança. Segundo a embaixada, praticamente todo francês tem seu dinheirinho depositado nos Correios. O poupador fiel, inclusive, tem direito a financiamento habitacional, de acordo com seus depósitos mensais, sem a necessidade de comprovação de renda ou outros entraves burocráticos.

Brasil e Rússia apostam nas fracassadas privatizações

Assim como na maioria dos países da Europa, o Brasil conta com os bancos públicos para realizar investimentos essenciais na produção e infra-estrutura, seja através do BNDES, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

A Caixa é responsável por habitação, saneamento e benefícios ao trabalhador. O BB é o maior financiador da agricultura nacional. O BNDES, num caso sem paralelo no mundo, chegou a financiar a privatização de empresas públicas, como foi a venda do sistema Telebrás.

Em contraposição ao sucesso das políticas públicas em países como França, Portugal e Alemanha, a Rússia convive há anos com problemas estruturais de grandes proporções. Coincidência ou não, o fim da União Soviética liberou uma política de privatizações que só teve similar em um certo país da América Latina. A mesma estratégia vem sendo adotada no Brasil. Caixa e Banco do Brasil estão ameaçados de privatização.

Na Rússia, a imposição das regras de mercado, incluindo a venda de centenas de empresas públicas, "provocou a queda da produção industrial e agrícola, gerou a crise em vários setores da vida da sociedade russa". Isso segundo site na Internet do próprio governo local.

Além disso, o Produto Interno Bruto só faz cair (6% de queda em 95); a produção industrial diminuiu 5% e a agrícola, 7%. Se a política econômica garantiu a estabilidade com baixa inflação (isso lembra algum país muito próximo, não?), o calote nos salários atingiu 47,1 trilhões de rublos em 96 (cerca de US\$ 1,5 bilhão) e o desemprego chegou a 9,3% em 95, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

FENAE mobilizada em **defesa** da Caixa

O desenvolvimento social do país sensibiliza diversos setores da sociedade

Um espectro ronda o patrimônio público: o governo estuda privatizar a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras. Porém, a depender da mobilização da sociedade civil, o governo não terá como vender essas empresas sem antes enfrentar uma forte reação popular.

A FENAE (Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal) tem debatido, junto à sociedade, o papel da Caixa no desenvolvimento social do país. Além das gestões junto a parlamentares e outras entidades, a Federação promoveu debates e participou de discussões sobre a Caixa como banco público, como os realizados em Fortaleza (CE) e Londrina (PR).

A experiência acumulada da FENAE no tema resultou em diversos artigos de opinião, assinados pelo presidente, Carlos Caser, e também pelo diretor Financeiro, Carlos Borges, em parceria com os deputados

Ricardo Berzoini (PT-SP) e José Pimentel (PT-CE). E cada empregado da Caixa está convidado a dar sua opinião sobre as propostas de privatização da empresa, em lista de discussão na página da FENAE na Internet (www.fenae.org.br).

Também repercutiu de maneira expressiva junto à sociedade a matéria de capa da última edição de **FENAE AGORA**, "Caixa ameaçada", que aponta a importância da empresa para o desenvolvimento nacional. O texto serviu de base para que o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) fosse a plenário defender a Caixa. Assim como ele, diversos deputados já se pronunciaram contra a privatização dos bancos públicos e da Petrobras.

É exatamente no Parlamento que deve surgir um dos movimentos mais

significativos pela preservação do patrimônio público. Para este dia 14, está previsto o lançamento do Fórum Parlamentar em Defesa do Brasil, com deputados do PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB e até PMDB e PTB. Esses deputados estarão apoiando o governador mineiro Itamar Franco (PMDB) em ato previsto para dia 21, em Ouro Preto. Antes disso, no dia 16, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro promove sessão pública em defesa da Caixa. A FENAE estará participando desses eventos.

Assim, se depender da sociedade, o patrimônio da Caixa, BB e Petrobras continuará público.





A CEF, com aliados no Congresso?

■ I Aloysio Biondi

Esta notícia você viu: o presidente FHC suspendeu temporariamente o processo de privatização das empresas geradoras de energia elétrica, ligadas à Eletrobrás. Mas esta outra notícia você não viu: o presidente FHC foi forçado a tomar a decisão, por não ter condições de recusar o "pedido" que lhe havia sido feito por todas as lideranças partidárias do Congresso Nacional. É isso mesmo, você leu direito, sim: foram "todos" os partidos, unanimemente. É óbvio que a iniciativa surgiu como consequência do blecaute prolongado que atingiu o país. Há quem suspeite que o "apagão" tenha sido planejado e maquiavelmente executado pelos próprios interessados na privatização. Aquele negócio de provocar o blecaute e depois sair dizendo, nos jornais e TV: "estão vendo? É preciso privatizar, para o sistema não entrarem colapse e obter novos investimentos".

Se a hipótese é correta, o tiro saiu pela culatra. Pela primeira vez nestes anos todos, até os partidos governistas se estomagaram e chegaram à conclusão de que "há algo de podre" nas privatizações brasileiras. Uma conclusão, ainda por cima, reforçada pelo catastrófico desempenho da espanhola Telefônica em São Paulo... Porque você não tomou conhecimento da "reviravolta"? Porque, mais uma vez, ela foi totalmente escondida pelos meios de comunicação: os raros jornais que a noticiaram não lhe deram nenhum destaque, preferindo dedicar-lhe poucas linhas, perdidas no meio de extensos textos. O mesmo tratamento foi dispensado pelos meios de comunicação a outro fato significativo, ocorrido igualmente em meados de março: mais de 300 prefeitos paulistas promoveram manifestação diante do Palácio do Governo, em São Paulo, para encaminhar ao governador Mário Covas um pedido de suspensão do processo de privatização do Banespa.



Mudanças no cenário

Há mudanças, portanto, no comportamento passivo com que a sociedade vinha assistindo à venda das estatais. Apenas os meios de comunicação mantêm o seu comportamento vergonhosamente conivente e faccioso diante das aberrações da privatização. Se você juntar os dois dados, chegará à conclusão de que, a esta altura, os movimentos sindicais que desejam preservar estatais, como a Caixa Econômica Federal, devem criar canais de comunicação, efetivos permanentes, com o Congresso Nacional: não basta enviar panfletos ou boletins aos congressistas. Neste momento, em que eles mostram mais receptivos, vale até organizar reuniões, com bancada por bancada, para apresentar os argumentos em defesa da CEF. Já em relação aos prefeitos, o caminho aparentemente mais viável é a "associação" com os movimentos sindicais que atuam em cada esta-

do para salvar os bancos oficiais locais. E a imprensa? Aparentemente, ela abre espaço aos movimentos dos trabalhadores quando eles "criam fatos", como o MST.

Turbulência, ainda

A rediscussão das privatizações da CEF e bancos estatais obviamente está sendo favorecida pelas dimensões da crise econômica, que levou a população a sentir-se enganada pela presidente FHC, e por isso mesmo a colocarem dúvida os dogmas neoliberais dos anos recentes. Não há possibilidade de reversão desse quadro a curto prazo. Os cortes no orçamento, devorado pelos juros (previsão de gastos de R\$ 130 bilhões neste ano, contra os já altíssimos R\$ 42 bilhões de dois anos atrás), estão aprofundando a destruição de serviços e obras na área social. Uma realidade que os meios de comunicação também procuram esconder, mas que aflige e inquieta a população de menor renda. Ela anula as vantagens políticas que o governo poderia extrair do fato de a inflação não ter explodido - graças à recessão, a exatamente como esta coluna previu na edição anterior... E, enquanto isso, outros problemas persistem, capazes de preocupar banqueiros e investidores internacionais: apesar da desvalorização do real, as exportações não aumentaram nem as importações caíram, na escala sonhada pelo governo como esta coluna também previu, resultado: a balança comercial voltou a apresentar saldos negativos em março, e a melhora nos resultados a partir de abril, com as exportações das novas safras, não será suficiente para convencer os credores de que o Brasil resolveu o problema do "rombo" externo. A fase de turbulência para o real ainda não foi sequer superada.

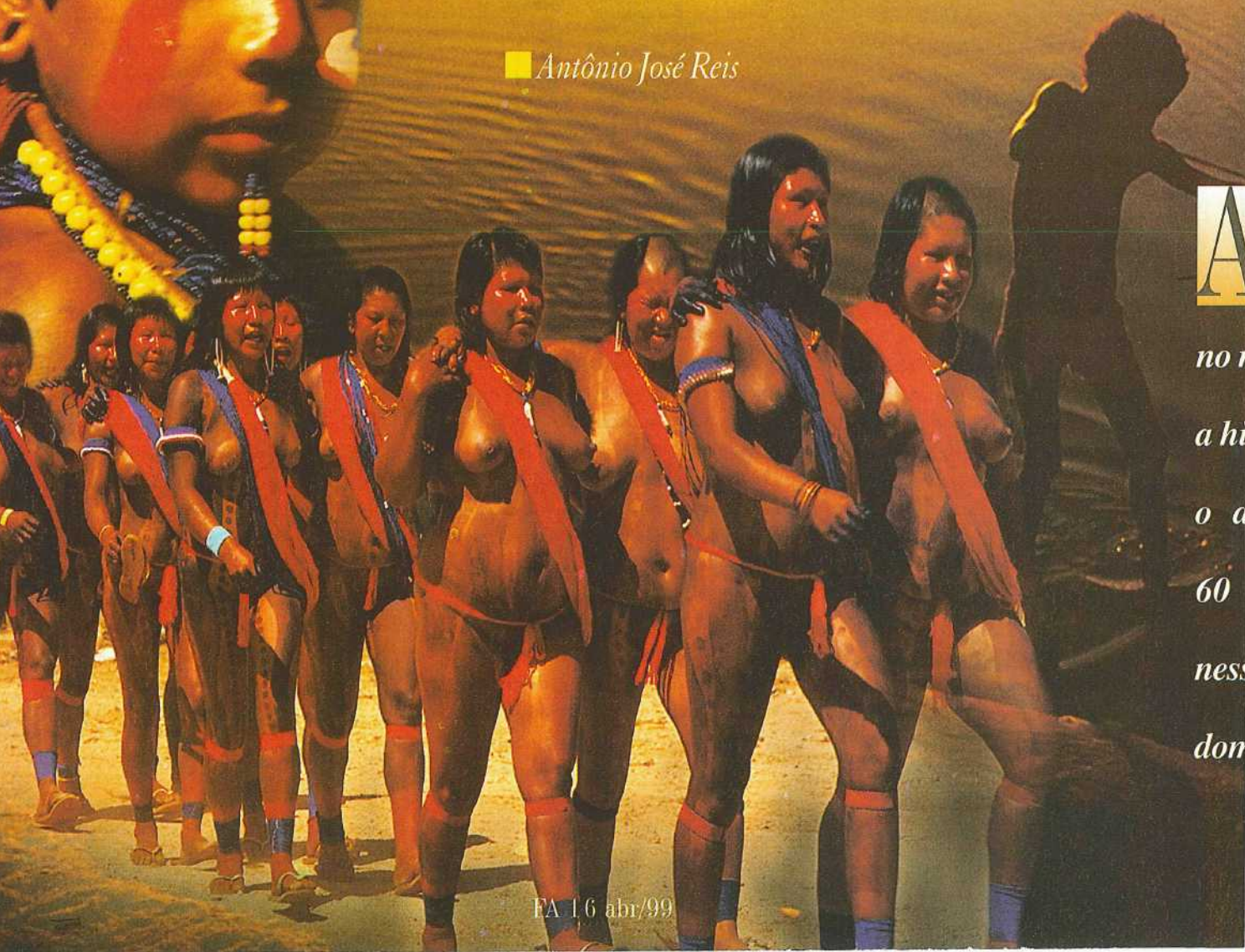
I Aloysio Biondi,
jornalista



Capa

O extermínio povos da flor

■ Antônio José Reis



A

no m

a h

o a

60

ness

dom

dos esta

*invasão do Brasil e
das Américas resultou
no maior genocídio de toda
a história da humanidade:
o assassinato de mais de
2 milhões de índios,
nos cinco séculos de
colonização*

No passado, o Brasil era habitado por um caldeirão de povos. Os donos do pedaço tinham como marca registrada a diversidade em suas culturas e em suas atividades, Yanomami, Guajá, Tapirapé, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Apinajé, Xavante, Guarani, Kaingang e Krikati são apenas alguns dos nomes das 900 nações distintas que cultuavam a liberdade e desconheciam a dominação quando as caravelas de Pedro Álvares Cabral invadiram o território de Porto Seguro, no sul da Bahia, em 22 de abril de 1500.

Dos cinco milhões de seres humanos que viviam por aqui antes da chegada dos colonizadores portugueses, falando pelo menos 1.200 línguas diferentes (segundo o lingüista Aryon Dall'Igna Rodrigues, da UnB, considerado o maior especialista brasileiro no assunto), hoje os povos indígenas estão reduzidos a uma população de 330 mil pessoas, dividida em 215 etnias e se comunicando em 180 línguas variadas. E são herdeiros de uma história de dor, confronto, massacre, escravização e aculturação violenta. A maior parte desses povos ainda continua ameaçada pelo capim do latifúndio, por estrada, minério ou pela extração de madeira. De norte a sul e de leste a oeste.

A conquista da coroa portuguesa sobre as terras brasileiras obedeceu a uma lógica mercantil. Época em que a lavoura foi substituída pelo comércio na função de âncora da economia mercantilista. Um dos principais objetivos dos colonizadores portugueses era a extração do ouro e da prata. O comércio do pau-brasil, uma madeira bastante apreciada no mercado europeu e que era usada na tintura de tecidos, passou também a ser alvo de cobiça. Resultado disso é que a destruição do sistema econômico de alguns povos indígenas se deu de forma abrangente e deliberada. No século XVI, as maiores vítimas do avanço da civilização ocidental foram os índios da costa sul e leste, começando pela Bahia e Pernambuco.

Historiadores apontam que a ocupação portuguesa pela parte sulista do país foi mais mestiça que em outras regiões, embora não

menos dramática. As lavouras de cana-de-açúcar foram responsáveis não só pelo saque aos tradicionais territórios dos povos indígenas, como ainda pela tentativa de transformar os índios em força de trabalho gratuita. Foi nesta época que nações do tronco Tupi como os Tupinambá, que habitavam uma extensa área do litoral brasileiro, desapareceram.

Para o etno-historiador Benedito Preziosi, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - órgão da Igreja Católica criado em 1972 -, a cultura da cana-de-açúcar provocou um sangrento processo de extermínio da população antiga do litoral. "Os índios, inclusive, foram aldeados para melhor ser escravizados. A Igreja jogou nesse período um forte papel no esquema de dominação, aben-

çoando a espada dos conquistadores e evangelizando povos inteiros". Preziosi diz que, como cúmplice da coroa portuguesa, por sua omissão e conivência, a maioria das missões religiosas esteve subordinada ao projeto político-econômico mercantil, acrescentando que a difusão do cristianismo na América Latina não se fez por meio da Igreja

mas sim do Estado.

Obrigar os índios a deixarem de ser eles mesmos parece ter sido uma das metas de todo esse processo. Tanto que durante uma das assembléias indígenas realizada país afora, anos atrás, um índio Kaimbé denunciou assim o massacre sofrido por seus ancestrais: "O Brasil não foi descoberto, o Brasil foi roubado". O índio da nação Macuxi José Adalberto Silva, membro do Conselho Indígena de Roraima (Cir), também não livra a pele da Igreja e afirma que se a instituição tivesse defendido os índios, naquela época, talvez o massacre não fosse tão devastador. "É preciso deixar claro que a Igreja foi uma das principais responsáveis pela invasão dos portugueses no Brasil".

Genocídio O processo de genocídio (destruição física) e etnocídio (destruição cultural) perpetrado contra os povos indígenas é a chave do problema para entender a truculência do projeto colonizador português. Para quem não sabe, o



conceito jurídico de genocídio surgiu pela primeira vez em 1946, por ocasião do processo de Nuremberg, quando foi julgado o extermínio dos judeus europeus pelas tropas nazistas. Sobre o extermínio de povos indígenas inteiros, o semioticista e historiador Tzvetan Todorov, da Bulgária, denuncia: "Nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se com essa hecatombe". A estimativa é de que, no ano de 1500, existiam pelo menos 80 milhões de indíge-

nas por toda a América Latina e, um século depois (1600), esse número caiu para 10 milhões na América hispânica (México, América Central e Peru).

Do lado brasileiro, o antropólogo Márcio Silva, professor da Universidade de São Paulo (USP), informa que de 1500 a 1900 desapareceram quatro milhões de índios. De 1900 a 1957, segundo ele, cerca de 87 etnias sumiram completamente do mapa e outros povos sofreram significativas mudanças em

suas características originais. A moeda que provocou todo esse sistema de dizimação dos povos indígenas possui diversos lados. Márcio Silva esclarece que foram as frentes agrícolas, pastoris e extrativistas as maiores responsáveis pelo padrão de ocupação do território brasileiro.

Aliás, terra para o índio é sinônimo de sobrevivência. Não é vista como mercadoria que se possa vender, comprar ou explorar. É um dado religioso, lugar de seus mitos e campo de sua história. E qual a real situação das terras indígenas no Brasil? Pode-se afirmar que no país inteiro ela se configura

dramática, como consequência de opções políticas e econômicas. Existem hoje no Brasil aproximadamente 559 áreas indígenas, das quais apenas 187 estão registradas no Departamento de Patrimônio da União (DPU). A

maior parte não é sequer reconhecida como reserva, apesar de cadastradas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que em 1967 ocupou o lugar do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), criado pelo marechal Cândido Rondon em 1911. Levantamento fornecido pelo Secretariado Nacional do Cimi, em Brasília, aponta que as terras indígenas estão assim distribuídas: região Norte (82,1%), Nordeste (2,58%), Centro-Oeste (15,10%), Sudeste (0,09%) e Sul (0,21%). Chega ao total aproximado de 947.011 km², correspondendo a 11,3% do território nacional.



A convivência com o ser "diferente"

Quatro anos de contato diário com os índios mostram o quanto eles respeitam as diferenças

Um jeito moleque de sorriso matreiro, sempre pronto para gozar com alguém. Essa é uma das impressões mais marcantes do goiano Reinaldo Cruz, que trabalha como assessor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Distrito Federal. Mas, de 1985 a 1988, Reinaldo integrou a equipe do Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), período em que viveu entre os índios Kaingang do Toldo Chimbanguê, uma região que se localiza à margem direita do rio Irani, no município de Chapecó (oeste de Santa Catarina). Com exclusividade para FE-NAE AGORA, Reinaldo relata a seguir essa sua experiência em um aldeia indígena.



A criança Korotire, da nação Kaiapó, situada no Xingu (PA), é um símbolo da resistência

"Foram quatro anos de vivência junto aos índios. No primeiro ano, tempo de aprendizado, de ler, de estágio teórico, de arquivar, de organizar e de adquirir noções básicas de antropologia, lingüística e de questões ligadas ao mundo dos povos indígenas que vivem no Sul. O trabalho em área indígena foi desenvolvido por três anos. Na época não morei na aldeia, mas na cidade, embora tivesse um contato diário com os índios. Trabalhei entre os Kaingang, um povo que



Reinaldo Cruz, assessor da CUT-DF

habita um território entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, pegando sempre a faixa central desses estados. Os Kaingang são do tronco lingüístico macro-jê, em oposição aos povos do tronco tupi, como os guarani, que vivem no litoral. Essa experiência serviu como aprendizado na descoberta do outro, do diferente.

Contato

Os primeiros contatos dos povos indígenas do sul com a sociedade branca datam do século passado. Hoje

O caminho dos maiores desbravadores da humanidade

"Todo dia era dia de índio. Mas agora eles só têm o dia 19 de abril", cantava em meados da década de 80 a então Baby Consuelo. Corria o ano de 1941 quando a cidade mexicana de Pátzcuaro sediou o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano. Coube a esse evento regulamentar a data de 19 de abril como o Dia do Índio.

Para quem não sabe, as grandes migrações humanas por todo o planeta coincidem com a chegada dos povos indígenas à América. Isso deve ter acontecido por volta de 50 mil anos atrás. Os diversos grupos que viviam na América antes da invasão dos espanhóis e portugueses percorreram uma longa marcha até chegar ao continente. Não só por um caminho. A maior parte atravessou o norte da Ásia, via estreito de Behring, que liga a Sibéria ao Alasca. Outra leva navegou pelo oceano Pacífico, chegando pelo Chile ou Peru. Já os povos que passaram pela Patagônia (Argentina) vieram da Malásia ou da Austrália.

No caso do Brasil, vestígios encontrados em São Raimundo Nonato, no Piauí, atestam a presença humana há 48.500 anos. Essa região abriga sítios arqueológicos com mais de 25 mil desenhos, além de utensílios de pedra, ossos e restos de fogueiras. Um sinal de que a ciência começa a dar os primeiros passos para desvendar a origem do ser humano no continente americano.

Segundo o livro "Esta terra tinha dono", de Benedito Preziosi e Eduardo Hoornaert, a maior parte dos grupos antigos da América era nômade ou seminômade como os Sioux e Cheyenne (América do Norte) e os Charrua e Botucudo (América do Sul). Os autores da publicação afirmam que os Guajá (Maranhão) e os Mbyá-Guarani (Sul) são exemplos de povos nômades que sobrevivem ainda hoje.

O grosso da população indígena se concentra na Amazônia, seguida do Planalto Central. Para o antropólogo Márcio Silva, a região amazônica funciona como uma espécie de última fronteira. Segundo ele, a calha dos rios no estado do Amazonas começou a ser ocupada a partir do século XVII, diferentemente da parte interiorana (localizada entre os rios), cuja ocupação é mais recente devido à dificuldade de acesso. Silva diz que, hoje, é muito menos freqüente a existência de índios no litoral brasileiro.

Legislação Boa parte da legislação criada para proteger os povos indígenas tem servido de empecilho para a consolidação do direito dos índios a uma existência saudável e à autonomia social. Tudo porque essas leis estão ficando demasiadamente no papel. Foi assim com a Ordenação portuguesa de pri-

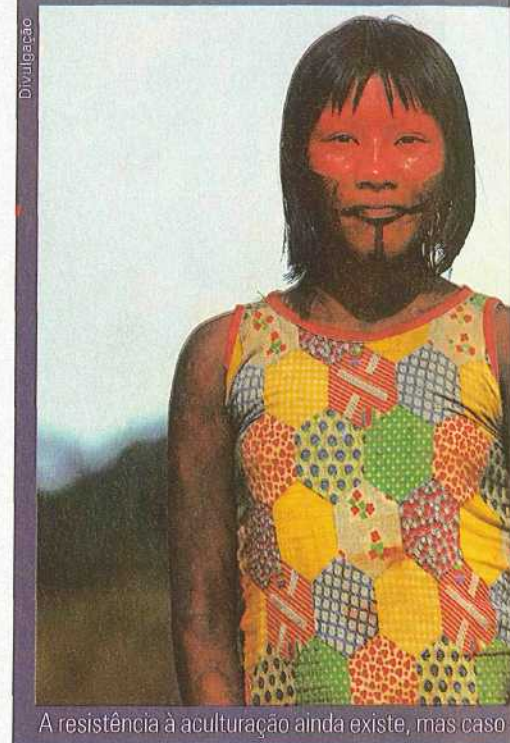
meiro de abril de 1680 que, embora reconhecendo os indígenas no Brasil como primeiros ocupantes e donos naturais destas terras, se mostrou incapaz de evitar a prática da "guerra justa" e a ação dos bandeirantes. Registre-se ainda que, durante a Independência, nenhuma medida legal foi tomada em benefício da demarcação das terras indígenas. Fato que viria a se repetir na Constituição de 1824 e nas constituições republicanas de 1891, 1934 e 1937. Apenas a partir da Constituição de 1947 é que os índios passaram a ter o direito à posse permanente das terras que ocupam. Já as terras indígenas como propriedade da União são resultado da Constituição de 1969. Promulgada em outubro de 1988, a atual Constituição (a mais progressista e democrática de todas elas) reconheceu a existência e a importância da diversidade étnica e cultural dos povos indígenas. Coube a essa carta, inclusive, estabelecer um prazo de cinco anos para a conclusão das demar-



os Kaingang vivem muito em função desse contato com os brancos. Antigamente a sociedade kaingang era coletora, nômade e seus membros viviam da colheita de frutos e de mel. Só que a partir do contato com os brancos os Kaingang foram perdendo suas terras tradicionais e, por conta disso, tiveram que se comportar como uma sociedade fixa, aprendendo a mexer com a agricultura (que até então desconheciam). De uns anos para cá, os Kaingang perderam muito de sua cultura ancestral. Muitas vezes temos sobre os índios idéias românticas (de que é bonito andar pelado) ou então, ao contrário, idéias preconceituosas de que são vagabundos, preguiçosos e não trabalham. É

preciso aprender a ter uma visão distinta dos índios, convivendo pacificamente com eles e respeitando a sua cultura e o seu modo de encarar a vida.

Meu Cotidiano entre os Kaingang, especialmente no período em que vivi no meio deles, foi pautado na luta pela garantia da terra para esse povo. O Toldo Chimbangué era uma área ocupada por colonos alemães. Com a ajuda do Regional Sul do Cimi, não sem antes brigar muito, os índios conseguiram provar que aquelas terras lhes pertenciam. A área foi demarcada e hoje eles moram dentro dela. Com os Kaingang, aprendi a ficar mais tolerante com o diferente. Os ín-



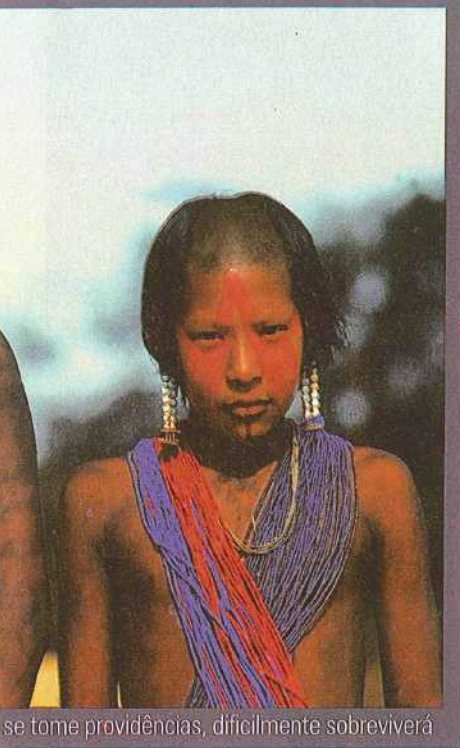
A resistência à aculturação ainda existe, mas caso

cações. Quase nada foi feito, no entanto. Dez anos se passaram e, até o momento, grande parte das áreas indígenas continua enfrentando pendências administrativas e judiciais. Essa falta de ação governamental tem acarretado, de acordo com Saulo Feitosa (secretário-executivo do Cimi), em aumento das invasões e da violência contra os povos indígenas.

Antes disso, porém, a lei 6.001 (Estatuto do índio) obrigou o governo brasileiro a demarcar todas as terras indígenas. Caduco, esse estatuto de 1973 não responde às atuais necessidades do mundo indígena no Brasil.

dios respeitam muito os outros. Foi uma experiência pessoal muito gratificante. Hoje, como saldo dessa vivência, sou uma pessoa muito melhor do que era antes de trabalhar com os índios.

Marco Um dos marcos culturais dos Kaingang é uma festa chamada "kiki", que é um culto aos mortos. Essa festa se realiza no mês de abril, sendo a principal atividade deles durante o ano. Entre as Kaingang, quando os filhos nascem, quem tira licença é o pai. O resguardo paterno visa proteger a criança, a fim de que as almas que perambulam por ali não as perturbem. E aí eles fa-



se tome providências, dificilmente sobreviverá

É por isso que, por iniciativa de entidades como a Capoib (Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil), tramita no Congresso Nacional um novo projeto de Estatuto dos Povos Indígenas, que visa regulamentar a relação desses povos com o Estado e com a sociedade brasileira. "Nunca houve em nosso país uma política indigenista que atenda os interesses dos índios. O presidente FHC não



O genocídio varreu todas as Américas

Nos Estados Unidos, a política de dizimação dos índios foi praticada por espanhóis e ingleses

Herdeiros de mais de cinco séculos de história, os povos indígenas dos Estados Unidos resistem à exploração e à opressão desde Cristóvão Colombo até Bill Clinton. São mais de 500 anos de massacre, crueldade e violência, impostos primeiro pelos colonizadores espanhóis, em seguida pela coroa britânica, e mais recentemente por um impulso gerado em civilizações baseadas na propriedade privada. O domínio europeu sobre a América do Norte iniciou-se em 12 de outubro de 1492, quando Colombo invadiu uma ilha nas Bahamas, declarando-a propriedade dos reis Fernando e Isabel (Espanha).

O Tratado de Tordesilhas, de 1494, dividiu o mundo entre Portugal e Espanha. Um acordo considerado inaceitável por outras potências europeias, como no caso da Inglaterra. Daí que entre 1497 e 1498, autorizado pelo rei Henrique VII, Giovanni Caboto (conterrâneo de Colombo) tomou posse e explorou, em nome da coroa britânica, as terras e riquezas do extremo norte do continente americano. No século XVII os ingleses ocuparam algumas ilhas do Caribe e alguns trechos da costa da América Central, iniciando a partir daí a colonização na costa leste dos EUA.

A maneira de tratar os povos indígenas adotada por Colombo nas ilhas assemelhou-se ao que foi praticado na parte inglesa da América. A tática dos ingleses foi assim descrita pelo historiador Edmund

Morgan: "O método era de fingir intenções pacíficas, deixá-los formar suas aldeias e plantar o milho aonde quisessem. Só que, logo antes da colheita, atacavam matando quantos pudessem e queimavam o milho".

O massacre cometido contra os índios norte-americanos pode ser dimensionado estatisticamente. Com uma população de 10 milhões de pessoas antes da chegada das caravelas de Colombo, os índios foram reduzidos para menos de um milhão. Na-

ções inteiras foram dizimadas por doenças que os brancos produziram. As massas indígenas dos EUA, mesmo retalhadas por lhe arrancarem pedaços de seus territórios tradicionais, não ficaram passivas diante das atrocidades dos espanhóis e ingleses. Tal como ocorre hoje com as mazelas perpe-

tradas por um sistema capitalista marcado pelo individualismo e pelo consumo. A rebeldia, a coragem e a organização de povos como o Wampanoag, Pueblo, Ottawa, Apache, Seminole e Creek, Shawnee, Oglala Sioux, Sauk e Comanche em confederações de resistência têm impedido que os grandes grupos econômicos (herdeiros dos colonizadores) imponham com solidez o seu projeto de dominação.

Ao longo dos últimos anos, a burocracia governamental tentou sem sucesso integrar os índios como indivíduos da sociedade norte-americana. Os índios rechaçaram essa política e hoje dão sinais de manutenção de sua base territorial e de sua existência como povos culturalmente distintos.

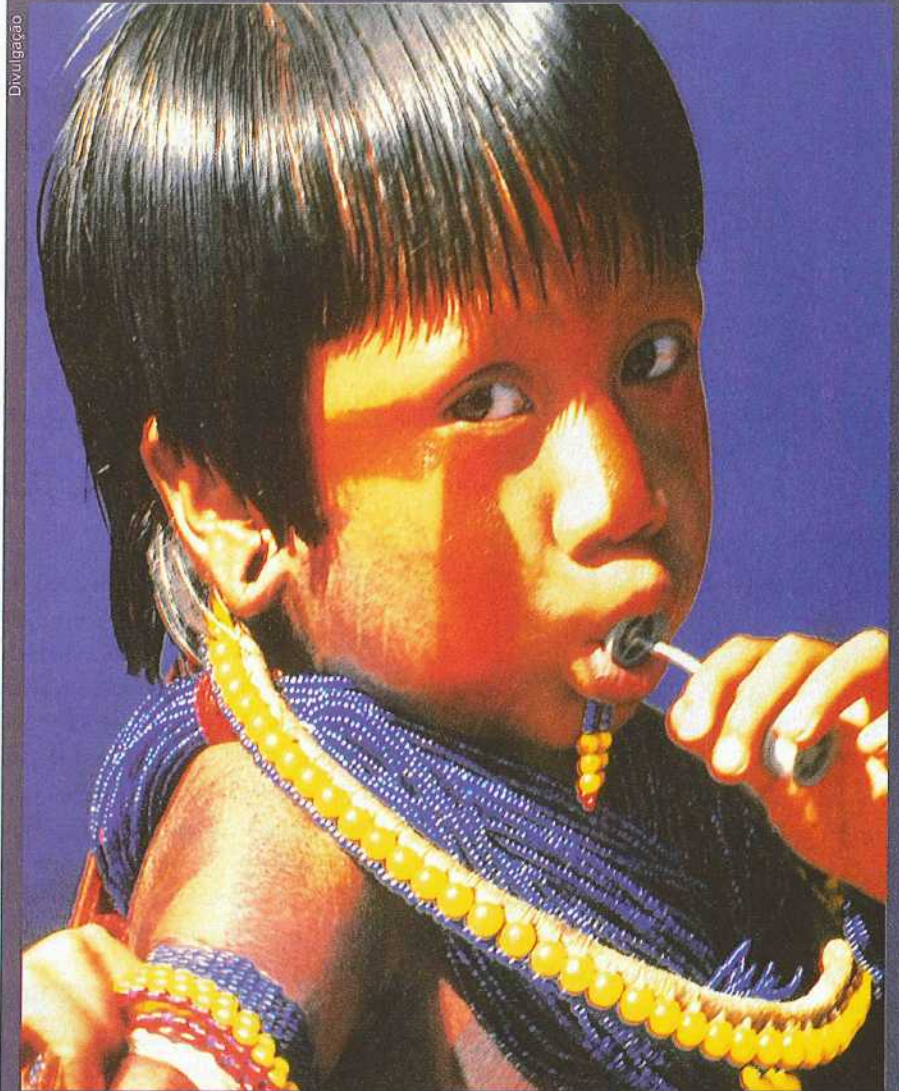
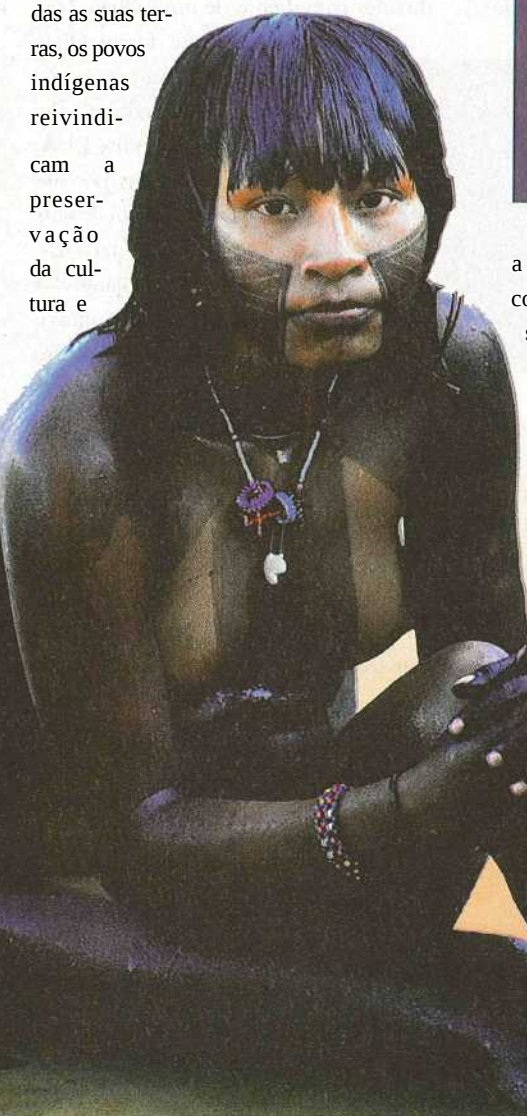
A resistência nos
EUA foi
adulterada pelo
banguê-banguê
FA

age diferentemente dos anteriores. O governo federal hoje é dependente das pressões do lobby econômico", denuncia Saulo Feitosa. Ele cita o decreto 1.776, de 1996, como exemplo das dificuldades institucionais para o processo demarcatório das terras indígenas. Feitosa diz ainda que no Nordeste os 27 mil hectares do território dos Xukuru não conseguem ser demarcados porque os invasores da área são ligados ao vice-presidente Marco Maciel.

500 anos

O índio Macuxi José Adalberto Silva não vê razão para as comemorações do quinto centenário do descobrimento do Brasil. "Comemorar o quê?", pergunta ele, para em seguida afirmar: "É um absurdo fazer festa para comemorar o processo de massacre dos índios neste país inteiro". Aos argumentos de Adalberto Silva faz coro outro índio Macuxi, Euclides Pereira - articulador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Ele esclarece que, além da legalização de to-

das as suas terras, os povos indígenas reivindicam a preservação da cultura e



Divulgação
Por mais que resista, a cultura indígena está constantemente ameaçada pelo poder econômico

a apuração dos crimes cometidos no decorrer dos últimos anos. Saúde e educação são duas outras prioridades. "Não existe

respeito pela diferença. É preciso mudar com urgência a atual relação do índio com a sociedade nacional".

zem essa festa todo ano, como forma de simbolizar o envio das almas para outro plano. O "kiki" é feito em etapas. Os índios cortam o pinheiro bem grande para fazer um cocho. Tem toda uma cerimônia para cortar o pinheiro. Outra para fazer o cocho, onde se põe o milho (antigamente misturado com mel). Hoje em dia, o milho é fermentado com água e cachaça. Essa bebida, chamada "kiki", fica sendo curtida den-

tro de um cocho fechado por 20 dias. Isso até o período da festa. Na época dos festejos, eles dividem-se em dois blocos: um da metade "kame" e o outro da metade "kahru". Cada rezador fica em torno do fogo noites a fio. Como o rezador não pode ficar bêbado, existe a figura da escora (mulheres que bebem no lugar do rezador). A escora que fica bêbada é automaticamente substituída por outra. Há muitas nuances. Terminada a reza em torno do fogo, os índios vão para o cemitério e lá pegam um ramo da planta 'xaxin'. Ali o rezador queima a planta e joga pra fora do espaço do cemitério, significando que as almas são devolvidas para o seu devido lugar".

Passe bem o ano 2000

FEDERALCAP 2000

é um novo título
de capitalização.

Você paga só uma vez
e concorre a 5 prêmios
de R\$ 20.000,00 todo
mês, durante 24 meses.

E ainda pode ganhar
o superprêmio de

R\$ 500.000,00

na virada do
ano 2000.

FEDERALCAP 2000

a virada do século

Há 28 anos ...



A maior distribuidora de prêmios

A paixão do brasileiro pelo futebol explicava o sucesso alcançado pela loteria esportiva, em seus 10 anos de existência. O jornal FENAE Notícias de abril/maio de 1980 trazia matéria sobre o aniversário da loteria, no dia 19 de abril.

Lançada na época da Copa do Mundo de 1970, a loteria esportiva era então a maior distribuidora de prêmios entre os sorteios realizados pela Caixa Econômica Federal. Os recursos da loteria, após a divisão dos prêmios, eram divididos entre diversos ministérios e órgãos públicos federais.

Até 1980, os times paulistas dominavam o concurso, até pela maior quantidade de jogos contidos entre os 13 pal-

10 ANOS DE LOTERIA ESPORTIVA

19 de abril é uma data importante para a Loteria Esportiva, que completou nesse dia 10 anos de existência.

Lançada em 1970, na época da Copa do Mundo, a Loteria Esportiva obteve, desde o início, um sucesso absoluto, constituindo-se em um dos maiores empreendimentos populares de nosso País.

Seu êxito deve-se principalmente a dois motivos: a verdadeira paixão que o brasileiro sente pelo futebol e a grande motivação que se renova toda semana, representada pelos seus prêmios milionários.

OS MILIONÁRIOS

O maior prêmio individual ocorreu no teste nº 477, de janeiro de 1980, quando a importância de Cr\$ 83.221.443,90 — foi rateada por dois ganhadores — José Antônio da Silva, de Congonhas/MG e Almino Byarkowski, de Itaiti/PR — cabendo a cada um Cr\$ 41.610.721,95.

Citaremos, a seguir, alguns dos maiores prêmios já pagos:

TESTE 448, de junho de 79, com os seguintes ganhadores: Irene da Costa Barbosa, do Rio de Janeiro; Odeatir Arlindo Silva, de São Paulo; Marcio David Berioncini, de Assis/SP; Miguel

PRÊMIO MÁXIMO	
4.000.000	
Prêmio Máximo	Cr\$ 395,00
Prêmio 1º	Cr\$ 42,75
Prêmio 2º	Cr\$ 37,75
Prêmio 3º	Cr\$ 32,25
Prêmio 4º	Cr\$ 27,25
Prêmio 5º	Cr\$ 22,25
Prêmio 6º	Cr\$ 17,25
Prêmio 7º	Cr\$ 12,25
Prêmio 8º	Cr\$ 7,25
Prêmio 9º	Cr\$ 2,25
Prêmio 10º	Cr\$ 1,25
Prêmio 11º	Cr\$ 0,75
Prêmio 12º	Cr\$ 0,25
Prêmio 13º	Cr\$ 0,10
Prêmio 14º	Cr\$ 0,05
Prêmio 15º	Cr\$ 0,02
Prêmio 16º	Cr\$ 0,01
Prêmio 17º	Cr\$ 0,005
Prêmio 18º	Cr\$ 0,002
Prêmio 19º	Cr\$ 0,001
Prêmio 20º	Cr\$ 0,0005
Prêmio 21º	Cr\$ 0,0002
Prêmio 22º	Cr\$ 0,0001
Prêmio 23º	Cr\$ 0,00005
Prêmio 24º	Cr\$ 0,00002
Prêmio 25º	Cr\$ 0,00001

HOMENAGEM AO 10.º ANIVERSÁRIO DA LOTERIA ESPORTIVA FEDERAL

CAIXA

Bilhete da Loteria Federal homenageando o 10.º aniversário da Loteria Esportiva

QUEM GANHOU COM 12 PONTOS

Durante os dez anos de existência da Loteria Esportiva, por onze vezes o prêmio saiu com 12 pontos, pois ninguém conseguiu a pontuação

CORÍNTIANS E PALMEIRAS OS QUE MAIS VENCERAM

Com 132 vitórias cada um, Coríntians e Palmeiras são os clubes que mais venceram nos

pites da famosa "loteca". Os maiores vencedores eram, pela ordem, Corinthians, Palmeiras, São Paulo e Santos. Em seguida, vinham os cariocas: Vasco, Flamengo, Botafogo e Fluminense. De-

pois, ainda entre os 10 primeiros, Atlético (MG) e Coritiba. Entre esses 10 times, o melhor índice de aproveitamento era do Flamengo, que tinha 117 vitórias em 241 jogos.

NOSSOS PERSONAGENS

Um legado de lutas da longínqua e bela Santarém

Santarém, no Pará, registra em sua história um legado de dignidade, de ética e de solidariedade deixado por um de seus filhos, o vereador Xixito, assassinado em primeiro de setembro de 1952, aos 39 anos de idade.

Xixito é como Manoel Maria de Macedo Gentil era conhecido em toda a região do Baixo Amazonas, sobretudo pela gente mais humilde.

Na capital, Belém, Xixito formou-se em arquitetura, foi desenhista de obras públicas e colaborador em diversos jornais e revistas, com textos e ilustrações. Identificado com a plêiade de jovens intelectuais de sua época, nutria ideais socialistas e mantinha estreito vínculo



com as causas do povo.

Retornando a Santarém, assumiu a função de construtor arquiteto e retoma a convivência com os operários da cidade, a maioria amigos de infância. Em 1951, foi eleito vereador com o maior número de votos. Na campanha, contou apenas com a ajuda dos operários que o haviam escolhido para candidato.

Em nome dos operários, o vereador Xixito conseguiu a doação pela Prefeitura de áreas em terras devolutas do município. O documento foi assinado, mas a escrituração foi protelada, o que não impediu os trabalhadores de iniciarem logo a construção de suas casas.

Certo dia, ao se dirigir à Prefeitura para tratar da escrituração das terras, sua presença foi ignorada pela secretária do prefeito. Na discussão, trocaram ofensas, o que serviu de motivo para o irmão da moça assassiná-lo dias depois.

Os trabalhadores compraram-lhe o melhor caixão e o carregaram por toda a cidade no dia do enterro, cantando a Internacional Comunista. No mausoléu que ergueram, deixaram uma homenagem na lápide. O local ainda hoje recebe visitas de populares atraídos pela história de vida do vereador.

A população da cidade jamais deu por esclarecida a verdadeira razão do assassinato. Sempre se falou de um complot envolvendo pessoas descontentes com a atuação política de Xixito.



Necessidade ou supérfluo?

O auxílio de um analista é encarado de diversas formas pelos possíveis pacientes

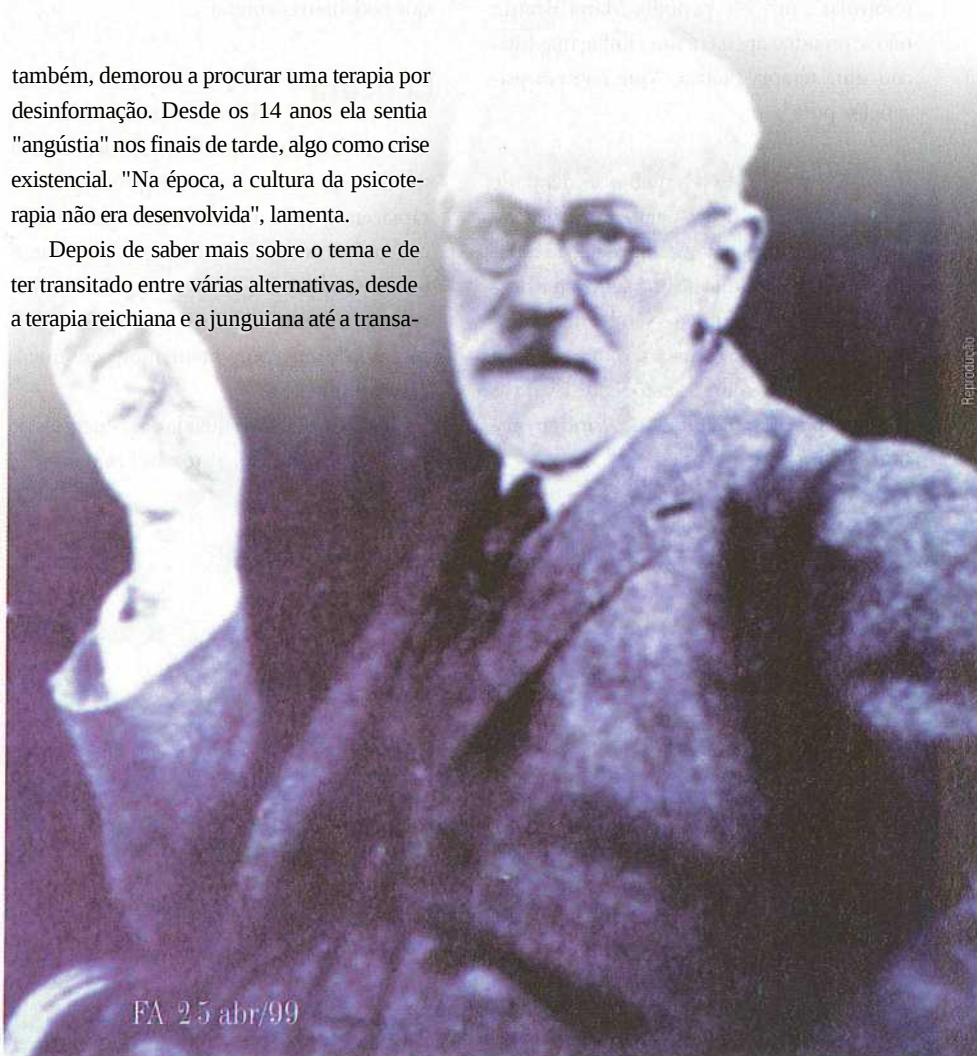
As vésperas de começar a fazer terapia, há cerca de sete anos, a fotógrafa brasileira Sandra Tibana achava que estaria jogando dinheiro fora. Depois que começou, encarou seu gasto na psicoterapia como investimento. Os mesmos sentimentos acompanham as milhares de pessoas que estão no limiar da escolha entre fazer ou não algum tratamento psíquico: artigo supérfluo ou necessidade?

Sandra reconhece que, como muitas pessoas, teve preconceitos em relação à psicanálise e suas terapias correlatas mesmo quando estava em tratamento. "Eu mesma tive resistência com a psiquiatria, principalmente por causa dos medicamentos que eram receitados, mas houve uma época em que precisei realmente e vi o quanto tudo me ajudou", diz. Tanto ajudou que, para Sandra, a psicoterapia é importante em várias facetas de sua vida: "para melhorar no trabalho, aumentar o bom humor, mudar minha relação com o mundo; é igual a tirar férias", compara.

Sandra relutou muito antes de começar e,

também, demorou a procurar uma terapia por desinformação. Desde os 14 anos ela sentia "angústia" nos finais de tarde, algo como crise existencial. "Na época, a cultura da psicoterapia não era desenvolvida", lamenta.

Depois de saber mais sobre o tema e de ter transitado entre várias alternativas, desde a terapia reichiana e a junguiana até a transa-



Reprodução

cional, freudiana, a fotografia acabou parando há cerca de três anos, devido a problemas físicos. "Não estou fazendo terapia no momento, mas vou voltar", garante ela.

Os motivos para esse retorno são vários. Para ela, "o terapeuta não resolve o problema de ninguém, mas ajuda a pessoa a se entender através da procura de uma resposta". E até mesmo a estrutura da terapia, segundo Sandra, pode ajudar: "o fato de contar com um profissional que ajude e que tem um horário certo especificamente para escutar representa uma educação pessoal".

Outra "analisada" que aprimorou seu autoconhecimento com a psicanálise foi a professora Maria Beatriz Gonçalves. "Encarei a análise como tudo o que eu tinha, naquele momento, para me libertar e crescer", diz ela.

Entre as ações que essa professora de História aprendeu está a maior aceitação dos fatos de sua vida. Segundo Maria Beatriz, "as coisas acontecem com serenidade se a gente opta por fazê-las quando é possível, não simplesmente quando existe a vontade".

Exatamente por isso, ela fez por dois anos e meio, entre 1994 e 1996. "Parei por que as questões que me incomodavam haviam sido resolvidas", diz. No período, Maria Beatriz não se prendeu apenas a uma linha, mas buscou uma terapia prática, "que não era psicanálise pura".

Supérfluo

O Conselho Federal de Psicologia e a Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica não têm dados sobre o percentual de brasileiros que buscam tratamento psíquico. Não há nem mesmo estimativas aproximadas, o que dificulta qualquer estudo sobre as razões que levam as pessoas a procurar tratamento, mesmo em instituições públicas.

Sabe-se, por "contraste visual", que é muito maior o número de pessoas que passam longe dos divãs. Uma delas é a secretária-executiva Márcia Guedes. Ela chegou a ter acompanhamento de estagiários de psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Mas fez o tratamento por tão pouco tempo que não se considera uma "analisada".

De qualquer modo, Márcia considera que "seria interessante conversar com um especialista, para ser ouvida sem ser criticada". Mas ela vincula os tratamentos psíquicos a problemas emocionais. "Se eu tivesse passado por isso, com certeza iria procurar acompanhamento profissional", acredita.

Para Márcia, não faz sentido uma terapia que é feita durante anos a fio, mas sim um tratamento que tenha "começo, meio e fim". Caso contrário, "as pessoas acabam se tornando dependentes de análise".

Ela divide as pessoas em vários grupos, dependendo de sua visão sobre a psicanálise: "Conheço aquelas que fazem; as que já fizeram; as que querem fazer e não têm condições financeiras; e, principalmente, aquelas que não têm coragem de enfrentar as descobertas que poderiam encontrar".

Loucura

O psicólogo João II o Coelho Barbosa, professor da Universidade Federal do Ceará, lamenta que a imagem que se tem do psicólogo e da psicoterapia, em geral, é associada à loucura. "A psicoterapia é um processo de autoconhecimento, ou seja, promove um maior desenvolvimento da percepção que o indivíduo tem de si mesmo, de seus comportamentos, pensamentos e sentimentos".

Para quem ainda duvida dos benefícios do tratamento psíquico, o professor alerta que "a



O preconceito em relação aos tratamentos psíquicos

motivação do cliente é essencial para o sucesso da psicoterapia". Ou seja, quem vai definir o avanço de seu tratamento é o próprio usuário. "O terapeuta não é o responsável direto pelas mudanças ao longo do processo psicoterápico, mas tem participação importante".

Barbosa acrescenta que "a demora em procurar ajuda especializada vem justamen-



Estudo Pesquisa e Atendimento
da Infância e Adolescência
706 BLOCO Q CASA 21 FONE: 340-9350



Muitas vezes é mais um estereótipo do que realidade, já que a sociedade assimilou tal procedimento

te da pessoa que encara o psicólogo como médico de loucos". Isso acontece, segundo o cearense, apenas "quando os problemas tornam-se complicados o bastante a ponto de interferirem na dinâmica familiar ou produzirem sintomas como episódios depressivos, ansiedade, estresse, fobias e outros".

Já o psicólogo clínico Lucas Pena Cheib, de Belo Horizonte (MG), acredita que o preconceito com relação aos tratamentos psíquicos, não somente à psicoterapia, "é mais um estereótipo do que uma realidade". Para ele, "o papel e a função da psicologia clínica já estão sendo assimilados pela população". Mesmo levando em conta a precária situação econômica nacional, "em que 70 milhões de brasileiros não têm nem mesmo saneamento básico", Cheib percebe que "as pessoas gostariam de ter maior acesso à saúde em todos os níveis, inclusive no tratamento psíquico".

No entanto, o psicólogo mineiro, que tem convênio com a FUNCEF, reconhece

em muitas pessoas uma dificuldade em admitir a necessidade de tratamento. "Mas dentro dos consultórios a maioria dos usuários admite suas necessidades", acrescenta.

Cheib identifica que a fonte das questões para quem procura tratamento psíquico são conflitos advindos de relacionamentos

"das pessoas com elas mesmas e com os outros". O clínico explica: "Do mesmo jeito que as pessoas deixam de tratar de um dente até quando é impossível suportar a dor, a maioria também procura auxílio profissional quando está num alto grau de sofrimento". Isso acontece mesmo quando os "analisa-

dos" não têm uma questão formulada, mas apenas reconhecem que algum problema fugiu realmente de seu controle.

Sofrimentos e a busca de autoconhecimento permeiam a decisão de procurar tratamento psíquico. Fora das clínicas, essa busca ainda é rechaçada por boa parte da população. A esses, os psicólogos clínicos sugerem: "Conte-me seu problema".

O alto grau de
sofrimento é que
motiva o auxílio
profissional

FA

Estresse e depressão: dois sintomas predominantes

A psicóloga carioca Cinthia Dutra explica que não há um padrão determinado de conduta que leve as pessoas a fazer análise. Há, sim, "determinados sintomas que se apresentam com mais frequência em certas épocas, dependendo do contexto social, cultural, político". Hoje, por exemplo, seu consultório tem atendido muitas pessoas com estresse e depressão.

Além de atender pessoas das classes média e alta, que têm mais condições de custear o tratamento, Cinthia também desenvolve um trabalho de clínica social, "em que o pagamento é feito de acordo com a renda familiar". Em ambos os casos, "os motivos que levam o cliente também podem ser os mais diversos, desde patologias psiquiátricas até uma busca de autoconhecimento". Sua clínica é voltada principalmente ao atendimento infantil.

Para a psicóloga, muitas pessoas têm preconceito ou receio em relação à psicologia por ser uma ciência relativamente nova "e muito associada ainda ao tratamento de distúrbios mentais". Mas, segundo ela, "a tendência a médio prazo é que se veja a psicoterapia como um processo de autoconhecimento, de busca de caminhos, de crescimento".

Cinthia acredita que o próprio psicólogo deve priorizar essa mudança de conceitos, "revelando-se como profissional que ajuda a pessoa a encontrar seu próprio caminho e a melhor forma de lidar com suas próprias questões". De sua parte, ela contribui com uma frase do filósofo grego Sócrates, de 400 anos antes de Cristo: "A vida que não é analisada não vale a pena ser vivida".



Outras histórias do sertão

■ Tárík de Souza

Embora a face mais promovida da música sertaneja - na maioria das TVs e rádios - seja um modelo que mistura influências Country e pop importadas, cresce urna corrente, digamos, neo-caipira, que renova e fortalece as raízes do movimento original. Alguns discos recentes atestam que mesmo sem uma linguagem comum, já que partem de regiões diferentes, estes músicos, cantores e compositores acreditam na possibilidade de conquistar um público descontente com os rumos comerciais que o estilo tomou. A valorização da viola com seu timbre metálico ressoante, pouco explorado fora do ramo interiorano, é uma das chaves desse renascimento. O disco "Violeiros" (Núcleo Contemporâneo), gravado ao vivo no Sesc Pompéia, entre agosto e setembro de 1997, lançado no ano passado, reúne alguns dos principais nomes do setor. Entre outras brilham as violas de Roberto Corrêa ("Mazurca pantaneira") e Ivan Vilela ("Voando com Asa Branca") a Passoca ("Tristeza do Jeca") e Pereira da Viola ("Embolada do cabelo" e "Sinhá Maria"), Vilela também pode ser apreciado em belo disco solo ("Paisagens", independente), assim como Roberto Corrêa, em "No sertão - viola e cordas" e nas pesquisas do folclore pré-Brasília de "Sertão ponteadado - memórias musicais do entorno do DF" (Viola Corrêa) Pereira lança seu "Viola cósmica" (Lapa). O paulista Passoca sumariza tudo em "Breve história da música caipira" (Arte viva). A dupla de irmãos matogrossenses Alzira e Tetê Espíndola canta sua fronteira paraguaia em 'Anahi" (Luzazul), enquanto o pantanal refulge ainda em "Chalana de prata" (Sauá), com Guilherme Rondon. Celito Espíndola, Dino Rocha e Paulo Simões e na "Festa goiana" (Rimar), de Marcelo Bana. Pesquisador e músico, Téo Azevedo dilata suas fronteiras mineiras até o Nordeste num inusitado entroncamento

com o Mississippi em "Forró calango & blues" (RB Music).

Como se viu pela lista acima, as grandes gravadoras ficam fora desse baile caipira - preferem o rodeio sertanejo de boutique. Perdem pérolas incrustradas em "Violeiros" como a arte pontilhada de Renato Andrade em "O canto da siriema", o duo de viola caipira de Almir Sater e Zé Gomes em "Doma", as notas choronas e dobradas de "Matogrosso", por Tavinho Moura e de "Cálix bento", sucesso de Milton Nascimento. Ou uma amostra do humor renovado da moda violara em terças da ótima dupla Zé Mulato e Cassiano em "O caipira de gravata", do mesmo disco. Contrariando a tese de que Brasília foi construída "no meio do nada", "Sertão ponteadado" captura em localidades como Buritis, Arinos, Bonfinópolis, Luziânia e Paracatu catiras, folias de reis, bendito de engenho, curraleiras e outras manifestações folclóricas locais. O mesmo Roberto Corrêa que fez a pesquisa (e gravou magnífico disco com a diva caipira Inezita Barroso) destila a viola refinada em "No sertão", através de um repertório de clássicos que vai de "Luar do sertão" a "Viola enluarada". Dialogando com rabeca, percussão orgânica, violão e flauta, Ivan Vilela em "Paisagens" recria com maestria o ambiente rural em "Baiãozim calungo" e "Cururu para São João". Já "Vila cósmica" de Pereira da Viola (que também canta) vai de composições próprias ("Carreirando", "Lamento do rio") a recriações de Tavinho Moura e Xavantinho ("Encontro de bandeiras").

Composta nos anos 40 pelo sanfoneiro Mário Zan (italiano emigrado de Veneto), a música "Chalana", reciclada para o sucesso pela inclusão na novela "Pantanal" no começo dos 90, transformou-se numa espécie de hino neo-caipira. Tanto intitula o disco de Guilherme Rondon,

"Chalana de prata" (que tem ainda chamamés rasqueados e polkas) quanto cintila em 'Anahi" das irmãs Espíndola (ex-Lírio Selvagem) que adicionam aos anfíbios sertanejos de fronteira ("Galopem", "Meu primeiro amor") e velhos clássicos ("Cinema", "Sena da boa esperança") uma pitada do brega de Adelino Moreira, "Garota solitária", antigo sucesso da "Sapoti" Angela Maria. Pantaneiro também, com um certo exagero ufanista, é Marcelo Bana, que entoa hinos do tipo "Quando tudo é bom" e "Goiás é mais" e estiliza ritmos e danças tradicionais locais - de "Catirandê" à toada folk "Cabocla". Por sua vez, Téo Azevedo equilibra-se num tripé de estilos em "Forró calango & blues", embora predomine a inclinação nordestina. Ele mistura o humor violeiro (no estilo dos cantadores) de "As aventuras de Téo Azevedo em São Paulo" ao "Calango fandango" e um "De repente blues". Mas quem promove um verdadeiro rescenseamento do gênero em suas latitudes, contradições trilhas múltiplas é Passoca (Marco Antônio Vilalba) a sua "Breve história da música caipira". Ele pega desde os "orileitis" do importado estilo caubói do veterano Bob Nelson ("Boi barnabê") ao olhar erudito de Mário de Andrade ("Viola quebrada"), a ironia ingênua da dupla Alvarenga e Ranchinho ("Romance de uma caveira"), a corrente fundadora de Cornélio Pires ("Jorginho do sertão") e Angelino de Oliveira ("Tristeza do Jeca") e o neo-caipira de Renato Teixeira ("Romaria") e dele próprio ("Sonora garoa"). Em apenas 14 faixas, Passoca mostra que o universo musical interiorano é muito mais rico que o breganejo requeentado servido pelas duplas de anúncio de cerveja.

Tárík de Souza,
jornalista



A imagem longe do padrão de mercado

O cinema alternativo prossegue buscando alternativas e seu próprio caminho

Uma idéia na mão e uma câmera na cabeça levam centenas de cineastas a prosseguir, no Brasil, a linhagem do cinema al-

ternativo. O orçamento, o mínimo imaginável, força os realizadores a inovar estética e linguagem, fugindo aos padrões do mercado.

A morte dos sonhos de cinema industrial no Brasil foi justamente o ponto de partida para o surgimento dos movimentos alternativos. O mineiro Tiago Mata Machado, cineasta e crítico, traça a linha mestra do cinema nacional: "Depois da falência da Vera Cruz, o Cinema Novo surgiu como uma alternativa ao fracasso do sonhado cinema industrial. Depois vieram o Cinema Marginal (Udigrudi) e o cinema da Boca do Lixo, em São Paulo". Para ele, esta é a árvore genealógica do cinema alternativo no Brasil e, "na verdade, é o melhor de nossa cinematografia".

Não por acaso, o último desses momentos da sétima arte no Brasil coincide com o período de maior frequência, no país, às salas de exibição. O público dos cinemas chegou a 60 milhões de espectadores em 1978, caiu para oito milhões em 1990 e, no ano passado, baixou ainda mais: foi para 3,57 milhões, de acordo com a Federação Nacional das Empresas Exibidoras de Cinema (Feneec).

Na época, as produções nacionais competiam em pé de igualdade com os block-



busters de Hollywood. Das 10 maiores bilheterias do país em todos os tempos, há dois filmes nacionais: "Dona Flor e seus dois maridos", de 76, está em terceiro lugar, com 10 milhões de espectadores. 'A dama do lotação', em décimo, levou 6,5 milhões de pessoas aos cinemas.

A mesma decadência atingiu as salas de projeção, ainda segundo a Feneec. Eram 1.300 no ano passado, contra 3.276 em 1975.

Estética Machado lamenta que muitos profissionais têm abandonado a linhagem alternativa nascida no Cinema Novo para buscar um padrão americano de execução. Não bastasse deixarem de lado a marca da inventividade, característica histórica do cinema nacional, os novos filmes nacionais "procuram se fazer produto desde o princípio, pois o processo para batalhar financiamento exige que seu argumento seja algo vendável, algo rentável", diz o crítico e cineasta.

Desde seu primeiro trabalho, o curta-metragem 'Auto da ilusão', premiado no meio universitário mineiro, Tiago Machado procura inverter o processo. Primeiro, busca filmar a idéia proposta, "com equipe mínima, em locações naturais, com uma verba igualmente mínima, para somente depois batalhar a finalização do filme". Segundo ele, "para isso, é preciso ter um material bom em mãos".

Esse modo diferente de filmar tem sido facilitado pelas novas tecnologias a serviço do cinema, como os processos de khinescopagem e telecinagem. O cineasta pode gravar em vídeo ou filmar em película de 16 milímetros, trabalhar o material numa ilha de edição e, angariado o dinheiro da finalização, ampliar depois para 35 milímetros.

Foi exatamente assim que Machado fez seu média-metragem "Curra urbana". Agora, ele batalha o dinheiro para fazer a khinescopagem. Até agora, a filmagem foi feita "com muitas permutas, uma equipe de amigos e um financiamento próprio". O mínimo? R\$ 5 mil.

Entre os alternativos, os cineastas de maior destaque são Júlio Bressane, José Mojica Marins (o Zé do caixão), Rogério Sgan-

zerla e José Sette de Barros. O melhor, para Machado, é Arthur Omar.

Mas há o outro lado da moeda, ou seja, as promessas que não foram cumpridas. O próprio pai de Tiago Machado, o teatrólogo Eid Ribeiro, foi vítima da falta de apoio a quem atua fora do circuito comercial. Na década passada, Ribeiro venceu um concurso de roteiros do governo de Minas Gerais em parceria com a extinta Embrafilme. Durante 10 anos, ele tentou viabilizar a produção de seu primeiro filme. Depois de muita correria, o teatrólogo desistiu de buscar uma simples assinatura que poderia garantir mais uma produção nacional.

"Hoje, quanto mais alternativo, mais difícil conseguir recursos", constata Ribeiro. Mesmo com a lei do audiovisual, apenas os cineastas com maior apelo comercial têm acesso a recursos. Com equipes menores, atores sem exposição televisiva e tempo menor, não há linguagem livre que consiga atrair patrocinadores.

A dificuldade financeira, segundo o "quase-cineasta" mineiro, tem empurrado os jovens para o que ele chama de cinemão. "De 1980 para cá, o Brasil tem experimentado uma espécie de padronização do roteiro, para imitar o cinema dos Estados Unidos", diz. Para Ribeiro, isso é um erro: ninguém melhor que os americanos para fazer cinema no seu estilo natural. Mas, por sorte, muitos outros cineastas da nova geração têm procurado seguir a linha alternativa, principalmente curta-metragistas.

Agradecimentos Um deles é o gaúcho Cristiano Zanella, que tem dois curtas rodados em super-8, "a mais alternativa das bitolas". "Rastros do verão" e "Snuffmovie" foram premiados em alguns festivais e vão ser seguidos por "Toma essa, babaca", que será produzido em 16 milímetros. "Mas está tudo meio incerto, agradecimentos especiais a FHC e sua equipe econômica", ironiza o gaúcho.

Zanella é um defensor incansável do super-8, "originalmente inventado para que as famílias ricas filmassem seus fins de semana na praia, batizados e casamentos". Depois desse



nascimento muito "pop", a chamada bitolânica "é talvez o único instrumento acessível para que cineastas amadores e independentes realizem seus projetos, uma tecnologia de ponta a serviço do cinema alternativo".

Muitos diretores reconhecidos em todo o mundo começaram sua carreira em super-8. Entre eles, Steven Spielberg, Jean-Luc Godard e Werner Herzog. "É um cinema sem burocracia, não é preciso toneladas de luz, atores e equipes profissionais, transporte, alimentação e tudo mais que custe grana. Basta alguns rolinhos de filme, uma câmera e alguns amigos dispostos a colaborar", brinca Zanella. Seu "Rastros de verão", por exemplo, custou a módica quantia de R\$ 500,00 e levou o prêmio de melhor direção em super-8 no Festival de Gramado em 96. "Snuff movie", menção honrosa em Gramado no ano seguinte, custou menos ainda: R\$ 300,00.

Além dos filmes, Zanella trabalha em atividades correlatas. Ele produz videoclipes para bandas do Rio Grande do Sul, como a Comunidade Nin-Jitsu, Fernando Noronha & Black Soul, Ultramen e Graforreia Xilarmônica. Tudo meio alternativo, digamos assim.



Zanella evita conceituar o cinema alternativo, exatamente por suas propostas. "Esse tipo de cinema foge de rótulos e definições, pois nenhuma satisfaz plenamente", explica.

Mas o cinema desenvolvido fora de padrões comerciais tem um papel muito claro para o curta-metragista gaúcho: "Traz ao público um cinema diferente, que foge das convenções éticas e estéticas do cinema". Essa proposta praticamente não combina com distribuição e exibição. Zanella comenta que "os filmes comerciais não conseguem espaço, pois os exibidores não têm interesse em passar filmes brasileiros, então imagine só os alternativos".

Por isso, é extremamente difícil encontrar um sucesso de público entre as produções alternativas. "Sucesso de crítica também é difícil, pois muito pouca gente

vê os filmes e os jornais, assim como as salas de cinema, preferem investir no retorno garantido, que é o comercial", fala o cineasta.

Entretanto, mesmo sem apoio, os alternativos ainda conseguem ter um público fiel. O gaúcho estima que essa moda representa quase 5% do cinema brasileiro.

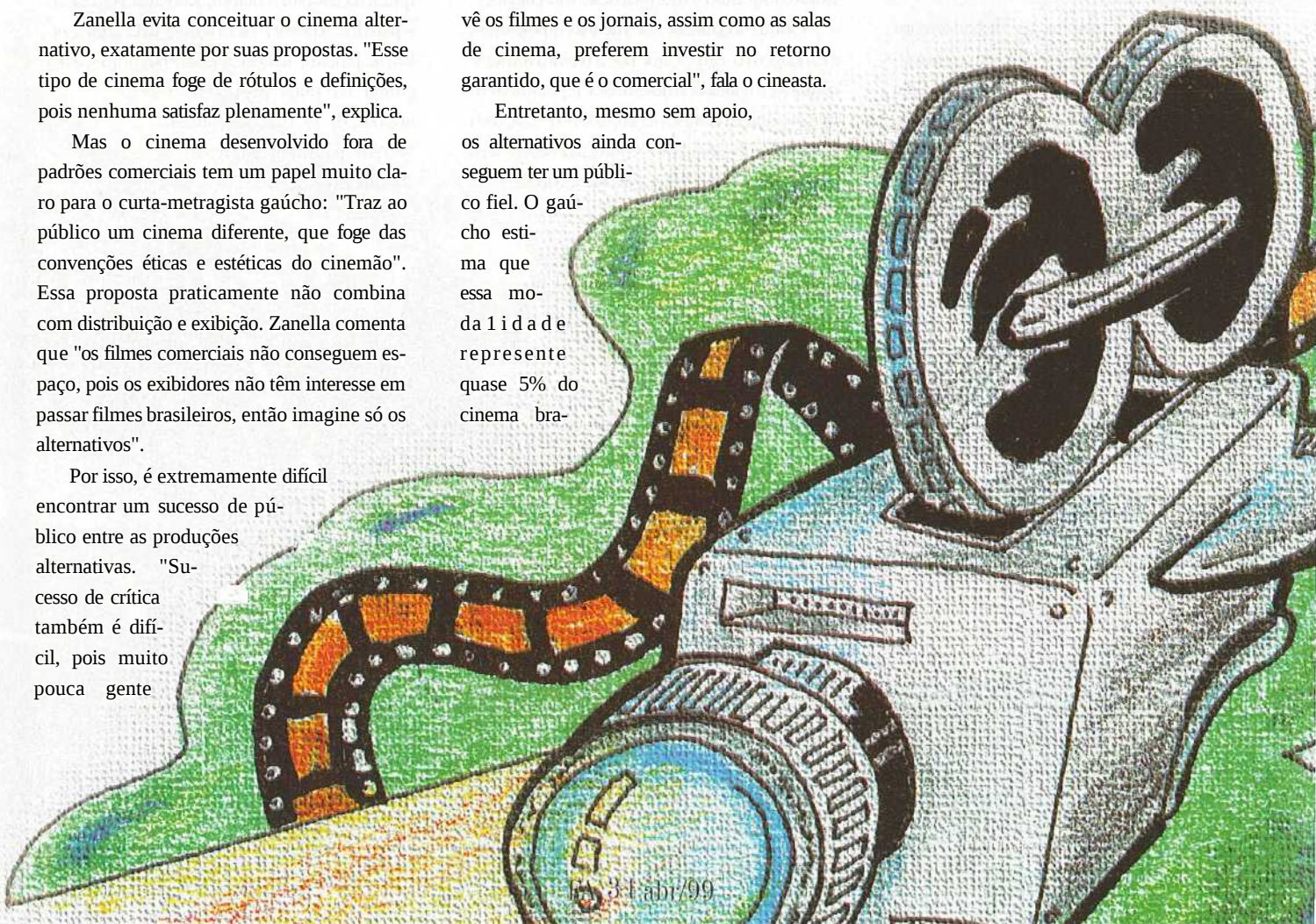
sileiro. Enquanto isso, no exterior, o cinema alternativo faz mais sucesso, porque esse tal de público fiel tem mais dinheiro para assistir os filmes, criando um mercado consistente.

Mesmo pequeno, o sucesso - tanto no Brasil quanto no exterior - pode ser creditado ao experimentalismo das produções. "O cinema alternativo está livre para fazer o que bem entender", resume Zanella.

O maior exemplo disso talvez seja o cineasta Zé do Caixão. O mestre do terror é alternativo até nos nomes de seus filmes, como "À meia-noite levarei sua alma", "Esta noite encarnarei no teu cadáver", "O despertar da besta", "Sexo e sangue na trilha do tesouro", "Quando os deuses adormecem" ou "A mulher que põe a pomba no ar".

O estilo inconfundível de Zé do Caixão rendeu uma passagem pelo mercado americano. No começo da década, seus filmes fizeram sucesso nos Estados Unidos. Até Roger Corman, rei dos filmes B americanos, rendeu-se ao talento do brasileiro.

Hoje, aos 63 anos, o cineasta maldito procura um sucessor. Enquanto isso, apostando numa estética pouco comercial, o cinema alternativo procura firmar seu caminho.





Adrenalina

Os caiaques são a preferência nacional quando se fala em canoagem no Brasil. O esp

A canoagem evolui em águas brasileiras, nas suas diversas modalidades. A procura crescente pelo esporte forçou, inclusive, o surgimento da Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa), em 1989.

Os caiaques, embarcações fechadas com origem entre os esquimós, são os mais difundidos no Brasil. Os caiaques slalon e de descida, usados em águas brancas (corredeiras), exigem grande habilidade e coragem dos canoístas. São os mais radicais.

Já os caiaques de velocidade - divididos em três categorias, K1, K2 e K4 (um, dois e quatro remadores) - são para águas calmas. Fazem a canoagem olímpica, considerada a Fórmula 1 desse esporte. O Brasil competiu pela primeira vez nos Jogos Pan Americanos, em 1995, na cidade de Mar del Piata, Argentina, conquistando duas medalhas de bronze, nas categorias K1 e K2. Mas o maior feito dos brasileiros deu-se nos

Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, com Sebastian Cuatrin indo para a final olímpica no K-1 1000m conseguindo o 8º lugar.

No wave ski, embarcação aberta, semelhante a uma prancha de surf o remador vai sentado e usa um remo de duas pás. Em 1997, o Brasil conquistou o mundial desta modalidade.

Outra modalidade não menos empolgante é a canoagem oceânica, que põe à prova a resistência física e a habilidade do canoísta. É praticada em mar aberto, em diversas localidades do Brasil, com percursos que variam de 25 a 30 quilômetros. Tem maior número de adeptos nas cidades do Rio de Janeiro, Santos e Salvador.

Ondas A canoagem onda é também uma modalidade que vem ganhando destaque nos últimos tempos. Inclusive, já é disputada em circuito nacional organizado pela CBCa. A

primeira etapa do circuito aconteceu no início de abril, em Vitória (ES).

O atleta Mário Silveira, atual diretor de onda da CBCa, informa ainda que o Mundial deste ano será realizado no Brasil, em setembro. As duas classes da modalidade, kaiak surf e waveski (prancha para surf sentado), acontecem em locais separados. A primeira será na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, de nove a 19 de setembro, e a segunda na praia Mole, em Florianópolis, de 19 a 26 de setembro. Devem participar cerca de 500 atletas de mais de 20 países.



os remos

ito de aventura e o contato com a natureza falam alto

E vem aí o "Pororoca Challenger", ou desafio da pororoca. A partir do dia 17 de abril, quatro atletas selecionados pela CBCa vão em busca da pororoca, "a onda mais longa do mundo", que ocorre uma vez por dia com a troca da maré, no encontro do rio Amazonas com o mar. Mário Silveira (RS) e Rogério Cruz (SP), da classe wavesk, enfrentam Renato Barcelos (ES) e Julius Magnus (RJ), da kaiak surf

'A canoagem onda já é uma das mais badaladas e em termos de evolução técnica tem apresentado também grande evolução", diz Mário Silveira. O Brasil obteve o terceiro lugar no último mundial, com Gustavo Emmes. A primeira posição foi dos australianos e a segunda dos atletas da África do Sul. "Falta agora o reconhecimento por parte do COB - Comitê Olímpico Brasileiro", diz Mário.

Aventura

Se é verdade que a canoagem de competição vem crescendo no Brasil, a busca desse esporte para a realiza-

ção de expedições, de travessias e exploração de rios tem uma ascensão ainda maior. A opinião é de ninguém menos que Fábio Paiva, 13 vezes campeão brasileiro de canoagem olímpica, pentacampeão brasileiro de canoagem oceânica e detentor de mais de 170 prêmios no Brasil e no exterior. "O espírito de aventura e o desejo de estabelecer contato com a natureza são muito fortes e dão impulso aos esporte ao ar livre", diz o atleta.

Mas isso não significa que Fábio tenha abandonado as competições. Ele participa em julho do campeonato brasileiro de canoagem oceânica, em Angra dos Reis (RJ), onde serão selecionados os integrantes da equipe brasileira que participará da 9ª Maratona Internacional Volta a Ilha da Madeira (Portugal), cujo percurso é de 162 quilômetros. A canoagem oceânica se caracteriza por ser uma competição de longa distância - no mínimo 10 km -, com obstáculos naturais. Na Maratona Internacional do ano passado, Fábio Paiva conquistou o bronze.

Ferramenta de caça e pesca dos esquimós vira esporte

De acordo com as referências históricas, a canoa é originária dos índios da América do Norte e o kayak (palavra já aportuguesada para caiaque) dos esquimós da Groelândia, do Alasca e do Labrador.

O ka-i-ak, ou "bote do homem", permitia aos esquimós remar pelo gelo e água em busca de caça e pesca. Era, portanto, o meio de vida mais importante daqueles pequenos homens.

Depois dos esquimós, os primeiros a conhecer o ka-i-ak foram os ingleses, que o levaram para a Europa.

Na costa do Canadá, os índios utilizavam a canoa como ferramenta essencial à manutenção de suas necessidades: transporte, caça, pesca e guerra.

A história registra ainda que na chegada de Colombo à América os índios cercaram as naves da expedição com embarcações de uma só peça - um grande tronco de árvore com bacia formada a fogo, afiado nas pontas para cortar melhor a água. Esta técnica foi utilizada também por índios africanos.

A canoagem começou a funcionar como esporte na década de 1840. O inglês Willians Fronde, modelista naval, descobriu que, quanto mais estreito o caiaque, maior velocidade ele teria. Nas Olimpíadas de Berlim, em 1936, primeira participação da canoagem, foi elaborado o regulamento que estabeleceu longitudes máximas, que são utilizadas até hoje.

A canoagem, como esporte, tem dois grandes destaques: o sueco Fredrikson, que ganhou todas as medalhas desde as Olimpíadas de Londres, em 1948, até Roma, em 1960, e o romeno Vernecu, o homem mais rápido desde 1962 até as Olimpíadas de Munique, em 1970.





A "européia" Se

A combinação do frio com o bom vinho complementa o ambiente enevoadado que ce

A aventura de conhecer o Brasil jamais estaria completa sem uma viagem à sua "porção européia", representada pela região das Serras Gaúchas. O cenário composto por cidades cujas construções guardam os estilos alemão e italiano, sob um céu de azul intenso e a uma temperatura sempre baixa, incluindo neves em certas épocas do ano, dá ao visitante a sensação de ter sido transportado para o velho continente.

A combinação frio/vinho, a comida feita e saborosa, são elementos intrínsecos à cultura local. A hospitalidade e a refinada educação, também.

Entre as cidades idealizadas e construídas pelos imigrantes e descendentes de italianos e alemães, nas Serras Gaúchas, destacam-se Gramado, Canela, Bento Gonçalves, Garibaldi e Nova Petrópolis. Além de beleza, aconchego e eventos tradicionais em várias épocas do ano, elas oferecem ainda opções de passeios ecológicos, com tri-

lhas e cachoeiras.

Distante 111 quilômetros de Porto Alegre e a uma altitude de 700 metros, Bento Gonçalves se destaca pelo cultivo da uva. Pelo Vale dos Vinhedos, há inúmeras cantinas familiares onde é possível conhecer de perto o processo de fabricação do vinho. Os visitantes podem, inclusive, degustar à vontade todos os tipos produzidos. Em se tratando de passeio, os guias turísticos indicam sempre uma visita à Cascata do Salto Ventoso. Outra atração é a Maria Fu-



ra Gaúcha

as várias cidades ítalo-germânicas do Sul do Brasil

maça, trem movido a vapor, que vai até a vizinha Garibaldi passando por Carlos Barbosa.

Garibaldi é conhecida como a cidade do champanhe, tanto que, na chegada da Maria Fumaça, a tradicional bebida é fartamente servida ao turista. A festa se completa com apresentações de grupos folclóricos e muita música italiana.

Em Caxias do Sul, há 40 quilômetros de Bento Gonçalves, é onde acontece a Festa Nacional da Uva, de dois em dois anos. A próxima será no ano 2000, entre 18 de fevereiro e cinco de março.

Considerada a mais européia das cidades brasileiras, Gramado respira turismo e está mais que preparada para receber visitantes. Fica a 126 quilômetros de Porto Alegre, num planalto de 900 metros de altitude.

Nos meses de junho, julho e agosto a temperatura à noite cai abaixo de zero. Pela manhã, a neblina toma conta da cidade, com seus parques e bosques compondo linda paisagem.

De 12 de junho a primeiro de julho, dá-se a temporada de inverno em Gramado, com intensa programação artística e

cultural, sendo realizada também a Feira do Livro. O calendário de eventos fornecido pela secretaria de Turismo destaca ainda, para o período de sete a 14 de agosto, o Festival de Cinema, onde são divulgadas realizações cinematográficas do Brasil e países latinos, e a Festa das Flores, de 17 a 26 de setembro. Para o período de 13 de novembro a seis de janeiro, a programação gira em torno do Natal Luz, "maior evento natalino do país", e do Réveillon, que terá espetáculo de fogos alusivo à chegada do ano 2000. A cidade já realizou este ano os eventos

Gramado Aleluia, na Semana Santa, o Gramado Fantasia, carnaval inspirado nos carnavais de Veneza, e a Festa na Colônia, em março.

Já na vizinha Canela, a oito quilômetros de Gramado, o forte é o turismo ecológico. Parques como o Lage de Pedra, Pinheiro Cardoso e Ferradura são exemplos da exuberância de sua natureza. O município é grande produtor de chocolate e realiza anualmente a Chocofest - Festa Nacional do Chocolate, Doces e Balas. A deste ano ocorreu entre 19 de março e quatro de abril, paralela ao evento Páscoa em Canela.

O champanhe é
fartamente
distribuído
aos turistas



Gramado: a cidade florida atrai milhões de turistas

O "coração" da região das Hortênsias. Assim é chamada a cidade de Gramado. Sua arquitetura, suas ruas limpas e floridas, suas praças e seus serviços qualificados justificam o carinhoso apelido.

Seus bosques apresentam-se floridos nas quatro estações do ano, compondo com a paisagem nativa de araucárias, xaxins e samambaias uma harmonia perfeita com ciprestes, álamos, azaléias e hortênsias.

Grande produtora de móveis, calçados, chocolates, vinhos, malhas, artigos de couro e artesanato, Gramado tornou-se um respeitável centro de compras. Outra atração da cidade é a rica gastronomia, composta por variados e saborosos pratos oferecidos nos bares, restaurantes, casas de chá e chocolate.

Em meio à beleza de uma arquitetura influenciada por alemães e italianos, e no contato com as raízes dos antepassados lusos, o visitante serve-se de uma grande variedade de pães, frios, doces, salgados e excelentes vinhos brancos, tintos e rosés.

Por todos os caminhos e recantos, Gramado é naturalmente educada. Seu povo soube resguardar suas origens, aliando cultura e progresso, de forma a torná-la modelo para todo o Brasil.

Assim, Gramado é uma cidade que reflete bem o clima - sempre presente no interior gaúcho - das pequenas cidades européias.

A Fenaetur oferece facilidades a quem deseja conhecer a região das Serras Gaúchas, com pacotes para Gramado. Os preços são "superespeciais", afirma Simone Navarro, do departamento de operações da agência de turismo. Consultas pelo telefone (061) 321-4460, ou na filial da Fenaetur de seu estado.

O perigo que ameaça as mais belas praias do Rio



Meio Ambiente

A força que

O desenvolvimento da energia nuclear no Brasil teve início na década de 50, mas foi no ano de 1968 que o governo decidiu investir na construção da primeira usina, tarefa que foi confiada às Furnas Centrais Elétricas S.A.

Em 1972, teve início a construção de Angra I e, 10 anos depois, ocorreu a primeira reação nuclear em cadeia. A usina entrou em operação comercial em 1985 e hoje produz 600 MWe (megawatts elétricos). Já gerou ao longo desses anos 23 milhões de MWh (megawatts/hora), energia suficiente para abastecer uma cidade de 12 milhão de habitantes, por um período de 13 anos.

Em 1975, o governo brasileiro firmou também um acordo com a Alemanha, no qual comprometia-se com a aquisição de outras usinas nucleares (Angra II e III). O acordo Brasil-Alemanha previa ainda a completa transferência de tecnologia para a construção de usinas nucleares inteiramente brasileiras. O primeiro reator nuclear inteiramente projetado e construído no Brasil entrou em operação em nove de novembro de 1988. Ele foi fruto de um convênio entre o Centro Tecnológico da Marina, em São Paulo (CTM/SP), e o IPEN.

A construção de Angra II foi iniciada pela construtora Odebrecht, em 1976. Depois de uma redução no ritmo das obras por escassez de dinheiro, o governo promoveu, em 1994, uma recomposição de recursos para a conclusão da usina. A previsão é de que ela entre em operação comercial ainda este ano. Os órgãos governamentais ligados à questão nuclear apostam na entrada em operação também de Angra III, até 2005.

A utilização da energia nuclear cresce assustadoramente.

Há cerca de 500 mil anos, o ser humano aprendeu a utilizar o fogo e, através da queima da madeira, foi capaz de cozinhar, aquecer-se e fabricar ferramentas primitivas. Ao longo de milhares de anos houve uma série de descobertas e invenções que proporcionaram o uso de novas fontes de energia, como a navegação a vela e a roda d'água, a máquina a vapor, o motor a combustão interna e as centrais de geração de energia elétrica. Mas o ápice desse processo de incrementação é, sem dúvida, a construção do reator nuclear, que obtém calor da fissão de núcleos de determinados isótopos, como o Urânio-235.

O primeiro reator nuclear foi construído em 1942, pelo cientista italiano Enrico Fermi. O material utilizado para o funcionamento do reator era o urânio natural, sendo que a quantidade exigida (50 toneladas) era difícil de se conseguir naquela época.

Em apenas 30 anos, a energia nuclear tornou-se a terceira fonte de energia mais utilizada, saltando de 0,1% para 17% do consumo mundial. E a tendência é de aumento progressivo, dada a demanda dos países industrializados. Ela é aplicada, sobretudo, na geração de energia elétrica, na área de saúde, na agricultura, na indústria e em estudos científicos. O número de fontes chega a dezenas de milhares, se consideradas aquelas de atividades muito pequenas, geralmente utilizadas



e vem do urânio

nos primeiros 30 anos o consumo mundial saltou de 0,1% para 7,7% de toda a energia

para aferição de equipamentos, e também as de grade porte, utilizadas na esterilização de material cirúrgico, na produção de radioisótopos como aceleradores e reatores, na geração de energia elétrica, reatores de potência e na pesquisa.

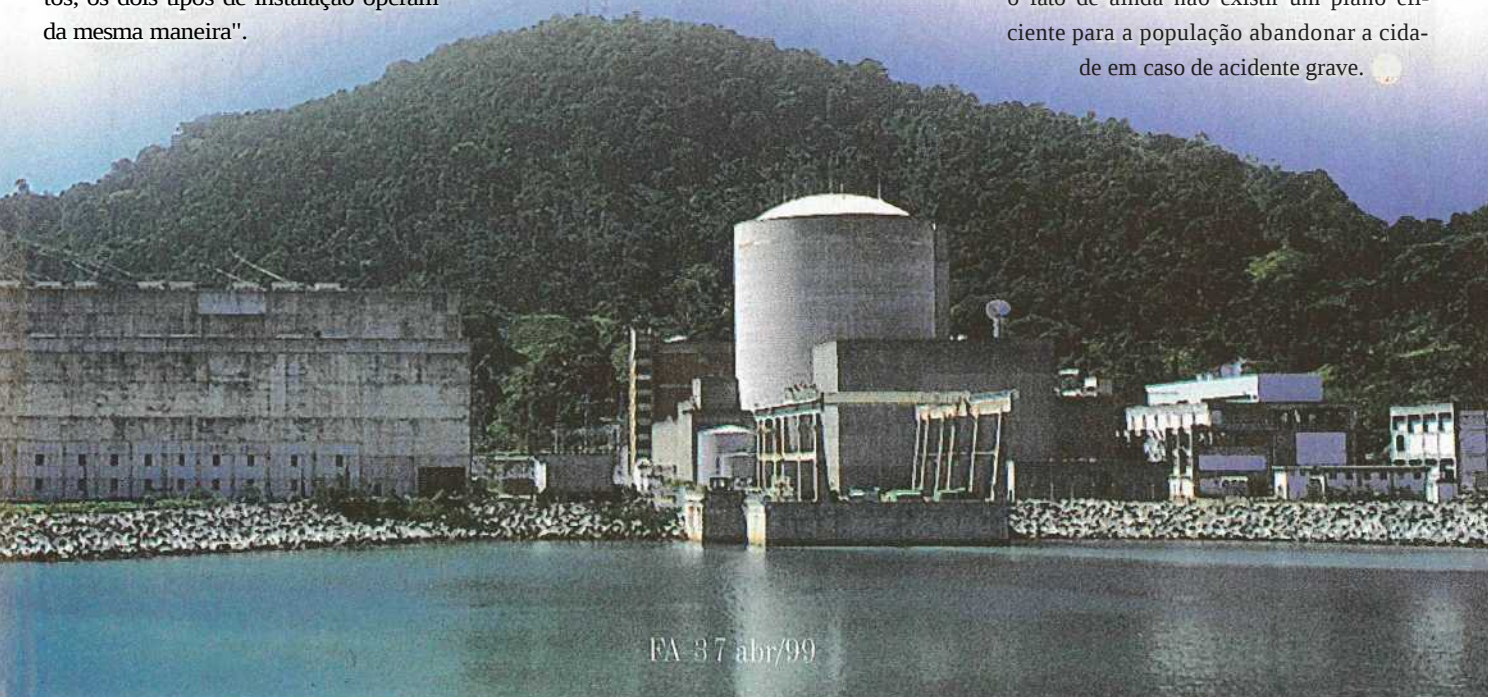
Instalações De acordo com apreciação técnica de especialistas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), "a diferença básica entre uma central nuclear e uma central que opera a partir de combustíveis fósseis é a fonte de calor usada, além dos requisitos em termos de materiais e segurança, muito mais severos no caso de usinas nucleares. Em todos os demais aspectos, os dois tipos de instalação operam da mesma maneira".

Existem atualmente no mundo 442 usinas nucleares, a maioria no Reino Unido, EUA, França e Leste Europeu. Vazamentos ou explosões nos reatores por falha em seus sistemas de segurança representam grave ameaça e podem ter consequências irreparáveis. O primeiro acidente ocorreu na usina russa de Tcheliabinsk, em setembro de 1957, contaminando cerca de 270 mil pessoas. O mais grave, em Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, deixou mais de trinta mortos, centenas de feridos, além de ter formado uma nuvem radioativa que se espalhou por toda a Europa.

No Brasil, um vazamento na usina Angra I, no Rio de Janeiro, contaminou dois técnicos, mas o pior aci-

dente com substâncias radioativas no país ocorreu em Goiânia, em 1987. Uma cápsula com isótopo de célio-137, usada em equipamento radiológico, foi aberta por sucateiros e provocou a morte de quatro pessoas, além da contaminação de outras 200.

A ausência de comunicação imediata de problemas em usinas nucleares preocupa ambientalistas e cientistas no mundo inteiro. Em março de 93, quando deu-se um período de paralisação da usina de Angra I, o Greenpeace denunciou o risco de haver um aumento anormal de radioatividade no interior de seu reator. A empresa admitiu o problema, mas afirmou que não era preocupante. O incidente serviu de alerta para o fato de ainda não existir um plano eficiente para a população abandonar a cidade em caso de acidente grave.



... E ESSE ENTREGOU
NOSSOS RIOS, O SOLO,
O ESPAÇO, AS MATAS,
AS MONTANHAS...



"QUEM É DA CAIXA VAI A ROMA COM A FENAETUR" REGULAMENTO

1. OBJETIVO:

Estabelecer uma relação mais próxima com os empregados da CAIXA, propiciando a todos a possibilidade de uma receita adicional.

2. PARTICIPANTES:

Todos os empregados da CAIXA, ativos ou inativos que inscrevam-se como indicadores durante o período de validade da campanha.

2.1 A ficha de inscrição deverá ser encaminhada à:

FENAETUR
FENAE Viagens e Turismo Ltda.
SCS Q. 01 Bloco C, nº 30, sala 511 a
514 - Ed. Antônio Venâncio da Silva
Brasília/DF
CEP-70.395-900
E-mail - fenaetur@fenaetur.org.br
Fax - (061) 224-7833 ou 0800 614060

3. PERÍODO DA CAMPANHA:

Até 14 de março do ano 2000.

4. COMISSIONAMENTO:

4.1 PESSOA FÍSICA:

4.1.1 3,5% sobre o valor da venda efetivada e recebida

4.2 PESSOA JURÍDICA:

4.2.1 2,0% sobre o valor da venda efetivada e recebida durante 12 (doze) meses e contar da primeira venda.

4.2.2 Este percentual será reduzido a 0,5%, caso seja concedido ao cliente pessoa jurídica desconto além dos já concedidos pelas Cias. Aéreas.

4.3 O comissionamento será pago diretamente na conta do indicador, no dia 15 ou dia útil posterior, do mês subsequente à venda.

4.3.1 Por livre opção do empregado in-

dicador, estes valores poderão ser acumulados e convertidos em passagem ou hospedagem, o que deverá ser solicitado na ficha de inscrição como participante da campanha.

4.3.1.1 O indicador fará jús ao comissionamento mediante a indicação do seu nome e matrícula no ato da solicitação do serviço pelo cliente à FENAETUR, sendo imprescindível os dados do indicador para que a FENAETUR proceda os cálculos e pagamentos de comissões e incentivos.

4.3.1.1.1 No caso de cliente pessoa jurídica a indicação do nome e matrícula do empregado dar-se-á apenas na primeira compra, permanecendo o comissionamento por 12 meses.

5. INCENTIVO:

5.1 Além do comissionamento, os indicadores terão uma premiação adicional a título de incentivo.

5.1.1 Este incentivo da-se-á pelo cumprimento de metas de vendas mensais conforme segue:

5.1.1.1 VENDAS:

5.1.1.1.1 De R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais):
1 (um) ponto mais R\$ 10,00 (dez reais), por cada R\$ 1.000,00 (mil reais) vendidos.

5.1.1.1.2 Vendas acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais):
1,5 (um ponto e meio) mais R\$ 15,00 (quinze reais) por cada R\$ 1.000,00 (mil reais) vendidos.

Obs: O pagamento do incentivo obedecerá a mesma data do comissionamento.

5.2 As vendas não têm caráter cumulativo de um mês para o outro, mas a pontuação sim.

5.2.1 Ao acumular 145 (cento e quarenta e cinco) pontos, o indicador fará jús a um prêmio adicional de uma passagem de ida e volta para qualquer capital do país e final de semana em apartamento duplo.

Obs: A premiação dar-se-á em baixa temporada: março a junho (exceto Carnaval, Semana Santa e feriados prolongados) e de primeiro de agosto a 20 de dezembro (exceto feriados prolongados).

6. PREMIAÇÃO AO FINAL DA CAMPANHA:

6.1 O indicador que obtiver melhor desempenho no seu estado receberá como premiação passagem de ida e volta com acompanhante para qualquer capital do país com hospedagem no final de semana.

Obs: A premiação dar-se-á em baixa temporada: março a junho (exceto Carnaval, Semana Santa e feriados prolongados) e de primeiro de agosto a 20 de dezembro (exceto feriados prolongados).

6.2 O indicador que obtiver melhor desempenho no país receberá como premiação pacote turístico de 7 (sete) dias para Disney ou Europa, para 3 (três) pessoas em apartamento triplo.

7. As premiações para o item 6 somente serão concedidas caso a pontuação acumulada pelo indicador em doze meses seja superior a 290 (duzentos e noventa) pontos.

8. Os casos omissos não contemplados neste regulamento serão definidos pela FENAETUR.

Brasília, 30 de Março de 1999.
Durval Reis - Diretor
Carlos Caser - Presidente

QUEM É DA CAIXA VAI A ROMA

COM A



FENAETUR



Vai a Paris, Londres, Madri e à Disney por conta da FENAETUR

Essa promoção é só para você, empregado da Caixa

Agora quem utilizar ou indicar os serviços e produtos da FENAETUR vai concorrer a vários prêmios, com tudo pago pela FENAETUR.

Carimbe seu passaporte por nossa conta.

Quanto mais pontos você acumular mais chances terá de ganhar.

Consulte-nos pelos fones: (061) 321-4460 e (061) 321-4830

CAMPANHA ESPECIAL PARA OS EMPREGADOS DA CAIXA

VALIDADE: Até 14/03/2000